

CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Caderno 2 – Plano de Ação

Gabinete Técnico Florestal

Outubro 2014

ÍNDICE GERAL

Caderno II – Plano de Acção

Enquadramento do Plano	5
1. Modelos de Combustíveis, Cartografia de Risco e Prioridades de Defesa Contra Incêndios Florestais	7
2. Objectivos e Metas do PMDFCI	17
Eixo Estratégico 1- Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais	18
• Rede Total de FGC e MPGC	19
• Rede Viária Florestal Municipal	21
• Rede de Pontos de Água	23
• Silvicultura Preventiva realizada no âmbito da DFCI	25
• Planeamento e Calendarização das Ações Referentes ao 1º Eixo Estratégico	26
Eixo Estratégico 2- Redução da Incidência dos Incêndios	35
Eixo Estratégico 3- Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão de Incêndios	44
Eixo Estratégico 4- Recuperar e Reabilitar os Ecossistemas	52
Eixo Estratégico 5- Adoção de uma Estrutura Orgânica Funcional e Eficaz	59
Anexo – Regras para Edificação em Espaço Rural não Florestal	65
<u>Índice de Mapas do Caderno 2</u>	
• Mapa 1 – Modelos de Combustíveis Florestais	9
• Mapa 2 – Perigosidade de Incêndio Florestal	14
• Mapa 3 – Risco de Incêndio Florestal	15
• Mapa 4 – Prioridades de Defesa	16
• Mapa 5 – Faixas e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustíveis (Total)	19
• Mapa 6 – Rede Viária Florestal Municipal	21
• Mapa 7 – Rede de pontos de Água	24

• Mapa 8 – Silvicultura Preventiva no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios	25
• Mapa 9 – Plano de Intervenções – Ano de 2015	29
• Mapa 10 - Plano de Intervenções – Ano de 2016	30
• Mapa 11 - Plano de Intervenções – Ano de 2017	31
• Mapa 12 - Plano de Intervenções – Ano de 2018	32
• Mapa 13 - Plano de Intervenções – Ano de 2019	33
• Mapa 14 – Áreas com maior Fiscalização	42
• Mapa 15 – Localização dos Postos de Vigia Nacionais que cobrem a Área do Concelho	45
• Mapa 16 – Vigilância e Detecção	46
• Mapa 17 - Primeira Intervenção – Corpos de Bombeiros	48
• Mapa 18 - Primeira Intervenção – Corpos de Bombeiros e Sapadores Florestais (isto com Alerta Amarelo ou Superior)	50
• Mapa 19 – Áreas com Risco de Erosão – Estabilização de Emergência	55
• Mapa 20 – Áreas com Risco de Erosão – Reabilitação de Povoamentos e Habitats	56

Índice de Gráficos do Caderno 2

• Gráfico 1 – Primeira Intervenção – Corpos de Bombeiros	49
• Gráfico 2 – Primeira Intervenção – Corpos de Bombeiros e Sapadores Florestais (isto com Alerta Amarelo ou Superior)	49

Índice de Figuras do Caderno 2

• Figura 1 – Enquadramento do PMDFCI no Sistema de Gestão Territorial e Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios	6
• Figura 2 – Componentes do Modelo de Risco	13
• Figura 3 – “Fogo por Solidariedade” – 29/09/09 – Dia com Registo de 26 Ocorrências	37

Índice de Quadros do Caderno 2

• Quadro 1 – Instrumentos de Gestão Territorial em vigor no Concelho de Felgueiras	6
• Quadro 2 – Objetivos e Metas Anuais do PMDFCI	17
• Quadro 3 – Distribuição de Competências nas Faixas de Gestão de Combustíveis (Total)	20
• Quadro 4 – Rede Viária Florestal Municipal (Caminhos Florestais)	22
• Quadro 5 – Pontos de Água	23
• Quadro 6 – Intervenções na Rede secundária de FGC e MPGC (previsão) 2015 - 2019	27
• Quadro 7 – Planeamento das Intervenções em Pontos de Água	28

• Quadro 8 - Planeamento das Intervenções na rede Viária Florestal Municipal(Caminhos Florestais)	28
• Quadro 9 – Metas e Indicadores	34
• Quadro 10 – Orçamento Estimado e Responsáveis	34
• Quadro 11 – Comportamentos de Risco	38
• Quadro 12 – Fiscalização (Processos de Contra Ordenação)	39
• Quadro 13 - Fiscalização (Processos de Contra Ordenação por tipo de Infração)	39
• Quadro 14 – Sensibilização	40
• Quadro 15 – Metas e Indicadores	43
• Quadro 16 – Orçamento estimado e Responsabilidades	43
• Quadro 17 – Indicações dos Postos de Vigia da Rede Nacional que cobrem a Área do Concelho	45
• Quadro 18 – Vigilância e Deteção	47
• Quadro 19 – Primeira Intervenção	47
• Quadro 20 – Número de Reacendimentos entre 2002 e 2013	51
• Quadro 21 – Metas e Indicadores	51
• Quadro 22 – Orçamento estimado e Responsabilidades	51
• Quadro 23 - Procedimentos a adotar na Estabilização de Emergência e Reabilitação de Povoamentos Florestais e Habitats	57
• Quadro 24 – Necessidades de Formação	61
• Quadro 25 – Dispositivo Operacional – Funções e Responsabilidades das entidades	62
• Quadro 26 – Formação	63
• Quadro 27 – Cronograma de Reuniões Ordinárias da Comissão Municipal de Defesa da Floresta	63
• Quadro 28 – Orçamento total estimado durante o período de vigência do PMDFCI	64

ENQUADRAMENTO DO PLANO

A floresta é um recurso endógeno nacional o qual tem, mormente em épocas mais recentes, sofrido uma severa delapidação.

Este grave problema poderá ser associado a várias causas, mas aquela que mais se evidencia e que mais receio provoca (até por força do seu mediatismo), é a causa dos incêndios florestais que, praticamente todos os anos, é responsável pela perda de muitos milhares de hectares de floresta.

Perante este quadro negro tornou-se premente a revisão do quadro legal, a qual permitisse adaptar e enfrentar a nova realidade emergente.

A política de ordenamento do território e urbanismo assenta no sistema de gestão territorial. Este organiza-se, num quadro de interação coordenada, em três âmbitos distintos: nacional, regional e municipal.

Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), criados em 1996 pela Lei de Bases da Política Florestal, constituem instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional. Os PROF pretendem desenvolver as orientações preconizadas ao nível do planeamento florestal nacional e da legislação em vigor, traduzindo-as sempre que necessário em programas de ação, onde se enquadram o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) e o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).

Assim, em 30 de Junho de 2004, é publicado em Diário da República o D.L. n.º 156/2004, revogado pelo D.L. n.º 124/2006, de 28 de Junho, tendo este sido republicado pelo D.L. 17/2009, de 14 de Janeiro e pelo D.L. n.º 83/2014, de 23 de Maio. A principal novidade desta nova legislação surge na abrangência, pretendendo definir medidas e ações concretas a serem desenvolvidas no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Protecção da Floresta contra Incêndios, distribuindo/alterando atribuições e competências ao nível das coimas e do uso do fogo.

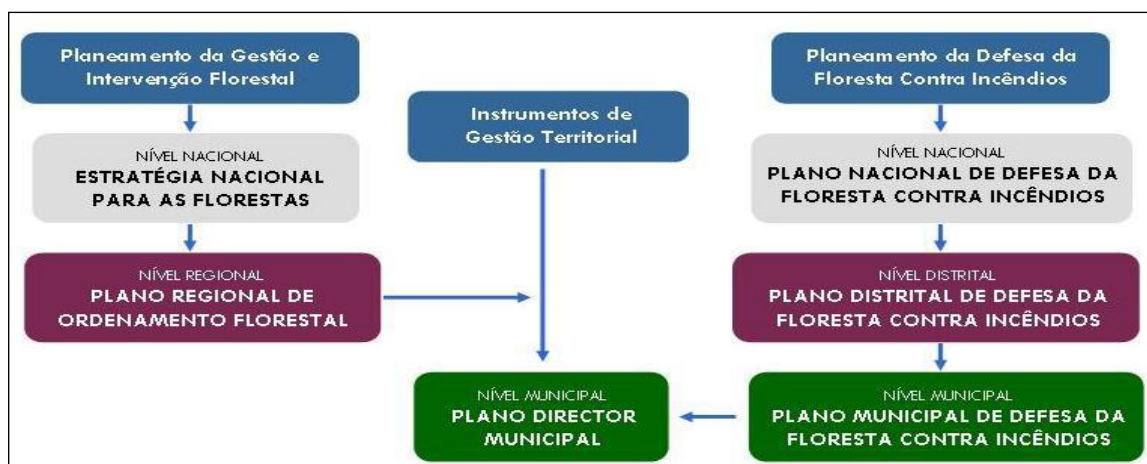
A figura do PMDFCI – cuja competência de elaboração pertence às Comissões Municipais de Defesa da Floresta – que visa integrar, à escala municipal ou intermunicipal, as grandes linhas mestras em matéria de defesa da floresta contra incêndios, em consonância com outros instrumentos de escala superior, nomeadamente o PNDFCI – Resolução do Concelho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio - e o PROF.

A estrutura do PMDFCI veio a ser regulamentada numa primeira fase através da Portaria n.º 1185/2004, de 15 de Setembro, sendo esta revogada pela Portaria n.º 1139/2006, de 25 de Outubro. Atualmente a estrutura do PMDFCI está regulamentada pelo Despacho n.º 4345/2012 do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas.

Define cinco eixos estratégicos de atuação, (aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio de 2006, como acima referido), sendo eles:

- 1.º Eixo Estratégico:** Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais
- 2.º Eixo Estratégico:** Redução da incidência dos incêndios
- 3.º Eixo Estratégico:** Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios.
- 4.º Eixo Estratégico:** Recuperar e reabilitar os ecossistemas
- 5.º Eixo Estratégico:** Adoção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

Figura 1- Enquadramento do PMDFCI no sistema de gestão territorial e sistema DFCI



Quadro 1 - Instrumentos de gestão territorial em vigor no concelho de Felgueiras

Planos Nacionais	Designação	Legislação
Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios	PNDFCI	Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio
Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território	PNPOT	Lei n.º58/2007, de 4 de Setembro
Plano Nacional de Emergência de Protecção Civil	PNEPC	Resolução do Conselho de Ministros n.º87/2013, de 11 de Dezembro
Planos Regionais	Designação	Legislação
Plano Regional de Ordenamento do Território	PROT - Plano Regional de Ordenamento do Território Norte	-
Planos Setoriais	Designação	Legislação
Plano Regional de Ordenamento Florestal	PROF-Tâmega – Plano Regional de Ordenamento Florestal do Tâmega	Decreto Regulamentar nº41/2007 de 10 de Abril
Estratégia Nacional para as Florestas	ENF	Resolução de Conselho de Ministros n.º 114/2006 de 15 de Setembro
Planos Municipais	Designação	Legislação
Plano Director Municipal	PDM	Resolução do Conselho de Ministros n. 7/94 de 28 de Janeiro. Encontra-se em processo de revisão
Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil	PMEPC	Aprovado em sede de Comissão Municipal de Protecção Civil. Encontra-se a aguardar aprovação pela Comissão Nacional de Protecção Civil

1. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

As cartas de risco de incêndio florestal têm por objetivo apoiar a decisão a tomar no que se refere às medidas de prevenção e proteção da floresta contra os incêndios florestais.

Segundo Botelho, 1999, define-se risco de incêndios florestais como a possibilidade de que se produza um incêndio florestal num lugar e num momento determinado.

Associado ao risco de incêndio temos a componente dinâmica, que considera por exemplo o estado de secura dos combustíveis florestais e o fator meteorológico refletindo a capacidade de eclosão do fogo após ignição e a componente estrutural que considera a orografia contribuindo para o aumento do risco (de ignição) e perigo (propagação) dos incêndios florestais e a ocupação do solo.

O comportamento do fogo é resultado de vários fatores como é o caso da meteorologia, o relevo e características relacionadas com os combustíveis florestais.

Deste modo o comportamento do fogo é dinâmico, não significando que numa zona considerada de grande perigosidade de incêndio florestal se desenvolva um com elevada progressão, pois existem variações associadas ao fator meteorológico por exemplo.

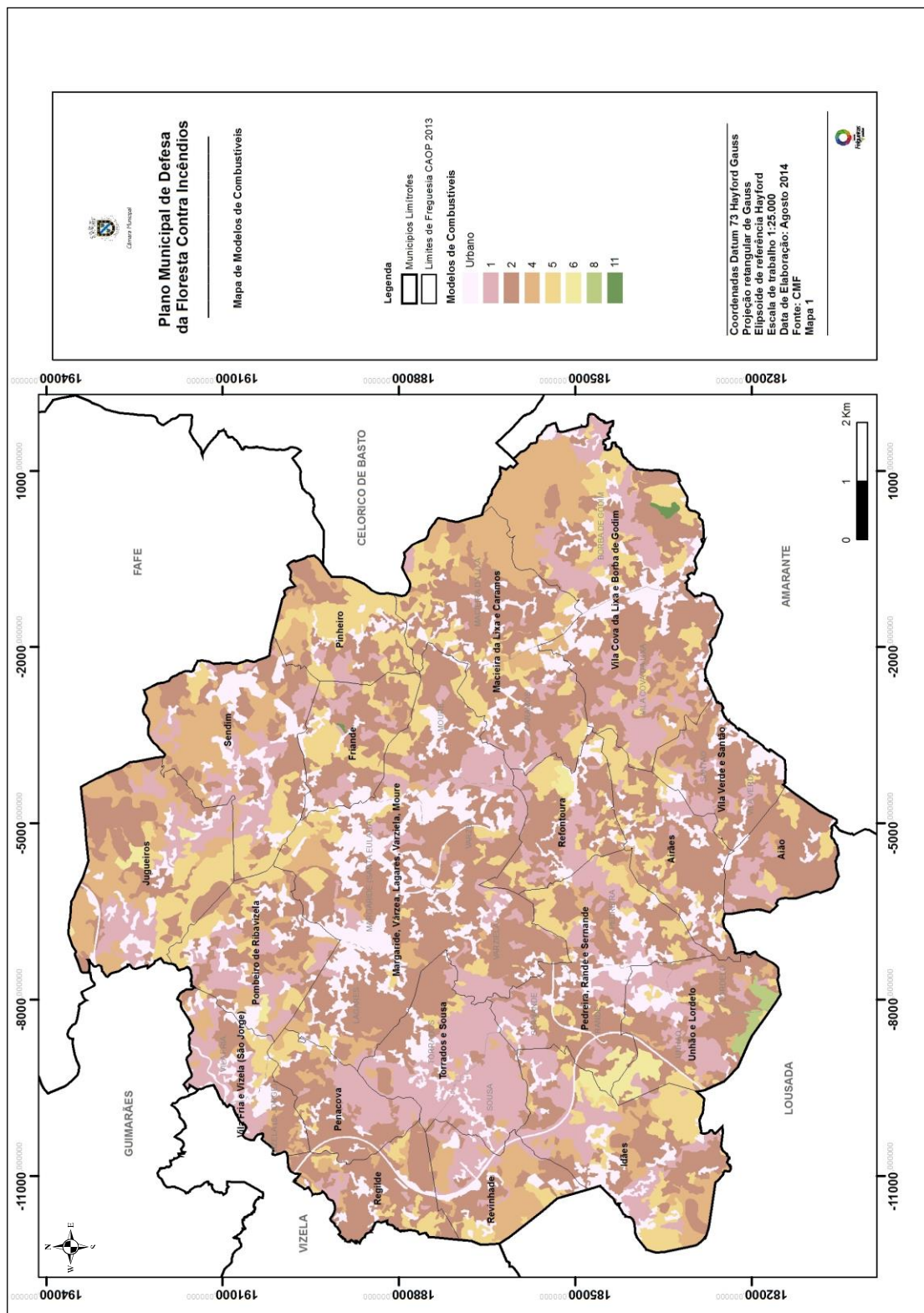
Para a elaboração da carta de combustíveis florestais foi utilizada a classificação das estruturas de vegetação criada pelo NORTHERN FOREST FIRE LABORATORY (NFFL), adaptada ao território continental de Portugal desenvolvida por Fernandes, P.M., conforme indicação do Guia Metodológico para a elaboração dos PMDFCI, que atribui a cada estrutura vegetal um modelo de combustível, sendo considerados 13 modelos.

No Concelho de Felgueiras com base na COS 2007, e visitas de terreno, foram considerados os seguintes modelos de combustível:

- Urbano - (sem ocupação florestal)
- Modelo 1 - Grupo Herbáceo: Pasto fino, seco e baixo, com altura abaixo do joelho, que cobre completamente o solo. Os matos ou as árvores cobrem menos de 1/3 da superfície. Os incêndios propagam-se com grande velocidade pelo pasto fino. As pastagens com espécies anuais são exemplos típicos.
- Modelo 2 - Grupo Herbáceo: Pasto contínuo, fino, seco e baixo, com presença de matos ou árvores que cobrem entre 1/3 e 2/3 da superfície. Os combustíveis são formados pelo pasto seco, folhada e ramos caídos da vegetação lenhosa. Os incêndios propagam-se rapidamente pelo pasto fino. Acumulações dispersas de combustíveis podem incrementar a intensidade do incêndio.

- Modelo 4 - Grupo Arbustivo: Matos ou árvores jovens muito densos, com cerca de 2 metros de altura. Continuidade horizontal e vertical do combustível. Abundância de combustível lenhoso morto (ramos) sobre as plantas vivas. O fogo propaga-se rapidamente sobre as copas dos matos com grande intensidade e com chamas grandes. A humidade dos combustíveis vivos tem grande influência no comportamento do fogo.
- Modelo 5 - Grupo Arbustivo: Mato denso mas baixo, com altura inferior a 0,6 m. Apresenta cargas ligeiras de folhada do mesmo mato, que contribui para a propagação do fogo em situação de ventos fracos. Fogos de intensidade moderada.
- Modelo 6 - Grupo Arbustivo: Mato mais velho do que no modelo 5, com alturas compreendidas entre os 0,6 e os 2 metros de altura. Os combustíveis vivos são os mais escassos e dispersos. No conjunto é mais inflamável do que o modelo 5. O fogo propaga-se através do mato com ventos moderados a fortes.
- Modelo 8 - Grupo Manta Morta: Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas (sem mato). A folhada forma uma capa compacta ao estar formada de agulhas pequenas (5 cm ou menos) ou por folhas planas não muito grandes. Os fogos são de fraca intensidade, com chamas curtas e que avançam lentamente. Apenas condições meteorológicas desfavoráveis (temperaturas altas, humidade relativa baixa e ventos fortes) podem tornar este modelo perigoso.
- Modelo 11 – Grupo Resíduos Lenhosos: Resíduos ligeiros e recentes, de tratamentos silvícolas ou de aproveitamentos. A folhada e o mato existentes ajudarão à propagação do fogo. Os Incêndios têm intensidades elevadas e podem originar “saltos de fogo”.

Mapa 1 – Modelos de Combustíveis Florestais



Aquando da delimitação dos espaços florestais notamos claramente a alteração do coberto vegetal, através da substituição de algumas folhosas por matos e espécies de crescimento rápido (eucaliptos). O próprio pinhal é atualmente muito raro no Município.

Através do Mapa de Perigosidade Incêndio Florestal verifica-se que maior parte da área do concelho está inserida na classe Baixa a Moderada de risco, e, é evidente que as manchas contínuas de floresta estão inseridas nas classes Alta e Muito Alta, pois sem dúvida que é nessas zonas que a floresta é predominante e portanto tem um potencial de risco inerente, naturalmente.

Perigosidade de Incêndio Florestal – resumo da metodologia utilizada

A cartografia de risco de incêndio florestal elaborada no âmbito do PMEPC de Felgueiras adota a metodologia expressa no Guia Técnico para elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, publicado em abril de 2012 e o documento intitulado ‘Esclarecimentos à elaboração e envio da informação relativa à cartografia de risco de incêndio florestal’ elaborado pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, datado de março de 2014. A elaboração da CRIF do Município de Felgueiras foi concretizada através do ArcGis 9.3, com as extensões *ET Tools* da *ET Spatial Techniques*.

Este exercício pressupõe agregação de “pequenas áreas” (em conformidade com as indicações e método proposto pelo ICNF) e apresenta uma resolução de cinco metros (tamanho do pixel de 5x5 metros).

Fontes de Informação

As fontes de informação utilizadas para a elaboração da CRIF foram:

Carta de uso e ocupação do solo: Carta de Uso e Ocupação do Solo para Portugal Continental para o ano de 2007 (COS'2007), nível 5, produzida pela Direção-Geral do Território (DGT), com retificação, com recurso a inspeção visual, sobre ortofotomapas executados a partir de voo realizado em junho de 2014, com uma exatidão posicional de 1,5 metros (EMQ) e uma resolução de 0,35 metros. Em complemento, foi efetuado trabalho de campo, nas situações em tal se prefigurou como indispensável.

Base Cartográfica do Município de Felgueiras: cartografia de referência à escala 1:10 000, elaborada no âmbito do projeto Cartografia Digital do Vale do Sousa, que permitiu a elaboração

do Modelo Digital do Terreno. O modelo digital do terreno teve por base as curvas de nível, com equidistância de cinco metros, e os pontos cotados.

Áreas ardidas: informação dos anos de 1990 a 2012, decorrente da página do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

Variáveis

Incêndios florestais

É a única variável a integrar a carta de probabilidade. Corresponde à percentagem média anual de ocorrência de incêndios florestais. Nas áreas onde não se verificaram incêndios, consequentemente a probabilidade é nula, foi atribuída a ponderação de 1.

A sua reclassificação atendeu ao definido no apêndice 4 – Metodologia para a elaboração de cartografia de risco (mapa de perigosidade de incêndio florestal e mapa de risco de incêndio florestal), do Guia Técnico para elaboração do PMDFCI, do ICNF, datado de abril de 2012 e documento intitulado ‘Esclarecimentos à elaboração e envio da informação relativa à cartografia de risco de incêndio florestal’ elaborado pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, datado de março de 2014.

Ocupação do solo (suscetibilidade)

É uma das variáveis mais importantes na definição da perigosidade uma vez que a tipologia de ocupação, tendo em conta aspetos como formações vegetais existentes, a sua estrutura e organização no espaço, tem uma influência importante no comportamento de um incêndio.

Para este efeito, a carta utilizada foi a Carta de Uso e Ocupação do Solo para Portugal Continental para o ano de 2007 (COS'2007), nível 5, produzida pela Direção-Geral do Território (DGT), com retificação, e reclassificada de acordo com as indicações constantes no apêndice 4 – Metodologia para a elaboração de cartografia de risco (mapa de perigosidade de incêndio florestal e mapa de risco de incêndio florestal), do Guia Técnico para elaboração do PMDFCI, do ICNF, datado de abril de 2012.

Declives

À semelhança da ocupação do solo é um dos fatores naturais que condiciona fortemente as características de um incêndio uma vez que “quanto mais abrupto for o declive, maior será a velocidade de um fogo ascendente de encosta e o comprimento da sua chama” (Macedo & Sardinha, 1993).

A carta de declives foi elaborada com base na altimetria (curvas de nível e pontos cotados) elaborados no âmbito do projeto Cartografia Digital do Vale do Sousa, com uma exatidão altimétrica de 0,4 metros. A sua reclassificação obedeceu ao exposto no apêndice 4 – Metodologia para a elaboração de cartografia de risco (mapa de perigosidade de incêndio florestal e mapa de risco de incêndio florestal), do Guia Técnico para elaboração do PMDFCI, do ICNF, datado de abril de 2012.

Ocupação do solo (vulnerabilidade)

A “vulnerabilidade expressa o grau de perda a que um determinado elemento em risco está sujeito. Elemento em risco é uma designação genérica para populações, bens, atividades económicas, etc., expostos à perigosidade e, deste modo, em risco (admitindo que tenham valor). A vulnerabilidade desses elementos designa a sua capacidade de resistência ao fenómeno e de recuperação após o mesmo” (ICNF, 2012).

Esta carta decorre da reclassificação da carta de uso e ocupação do solo acima identificada e a sua reclassificação obedeceu ao exposto no apêndice 4 – Metodologia para a elaboração de cartografia de risco (mapa de perigosidade de incêndio florestal e mapa de risco de incêndio florestal), do Guia Técnico para elaboração do PMDFCI, do ICNF, datado de abril de 2012.

Ocupação do solo (valor económico)

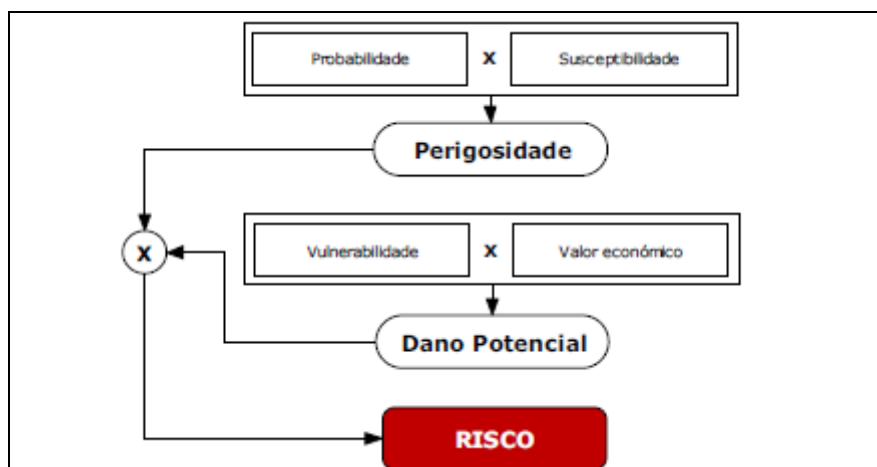
“O valor de mercado em euros (ou na divisa aplicável ao local) dos elementos em risco. Permite quantificar o investimento necessário para recuperar um elemento, em função da sua vulnerabilidade, após destruição ou perda de performance por exposição a um fenómeno danoso” (ICNF, 2012).

Esta carta decorre da reclassificação da carta de uso e ocupação do solo acima identificada e a sua reclassificação obedeceu ao exposto no apêndice 4 – Metodologia para a elaboração de cartografia de risco (mapa de perigosidade de incêndio florestal e mapa de risco de incêndio florestal), do Guia Técnico para elaboração do PMDFCI, do ICNF, datado de abril de 2012.

A cartografia de risco de incêndio florestal aqui apresentada compreende dois mapas: o Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal e o Mapa de Risco de Incêndio Florestal.

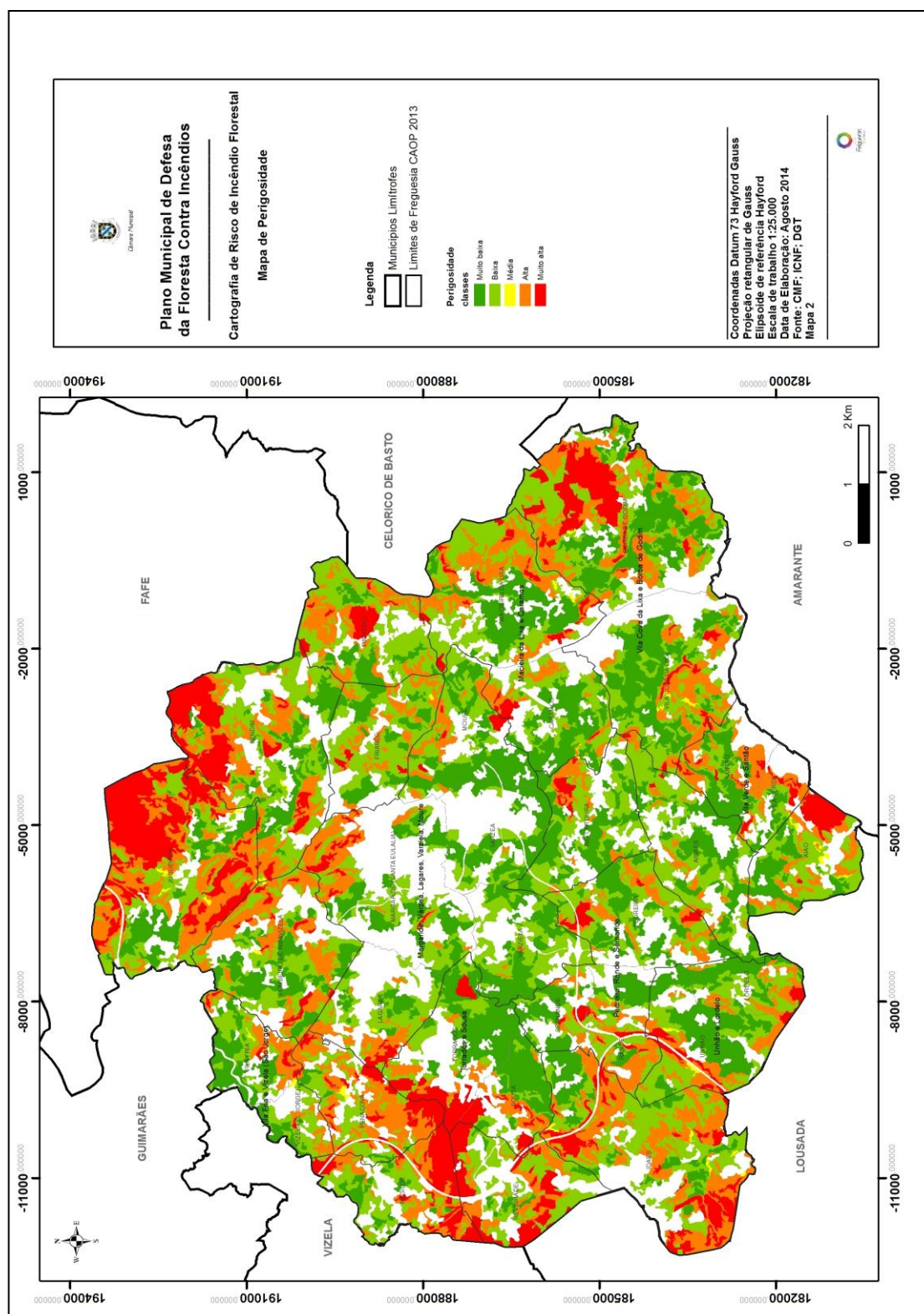
O Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal, resulta da combinação da probabilidade com a suscetibilidade, apresentando o potencial de um território para a ocorrência do fenómeno e o Mapa de Risco de Incêndio Florestal, resulta da combinação das componentes do mapa de perigosidade, com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor), para indicar qual o potencial de perda em face do fenómeno (Figura 1).

Figura 2 - Componentes do Modelo de Risco

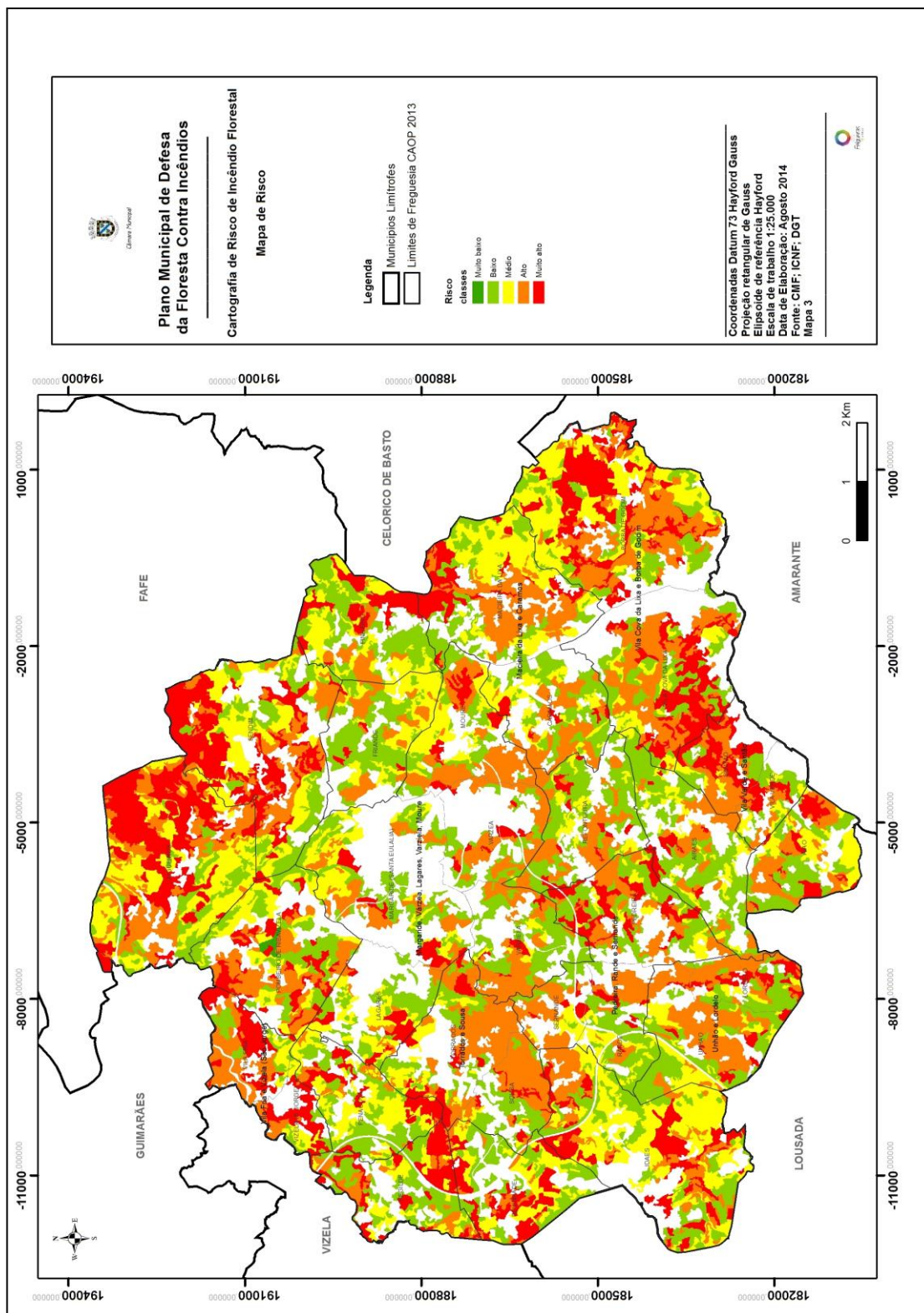


Fonte: Guia técnico para elaboração do PMDFCI, ICNF, 2012.

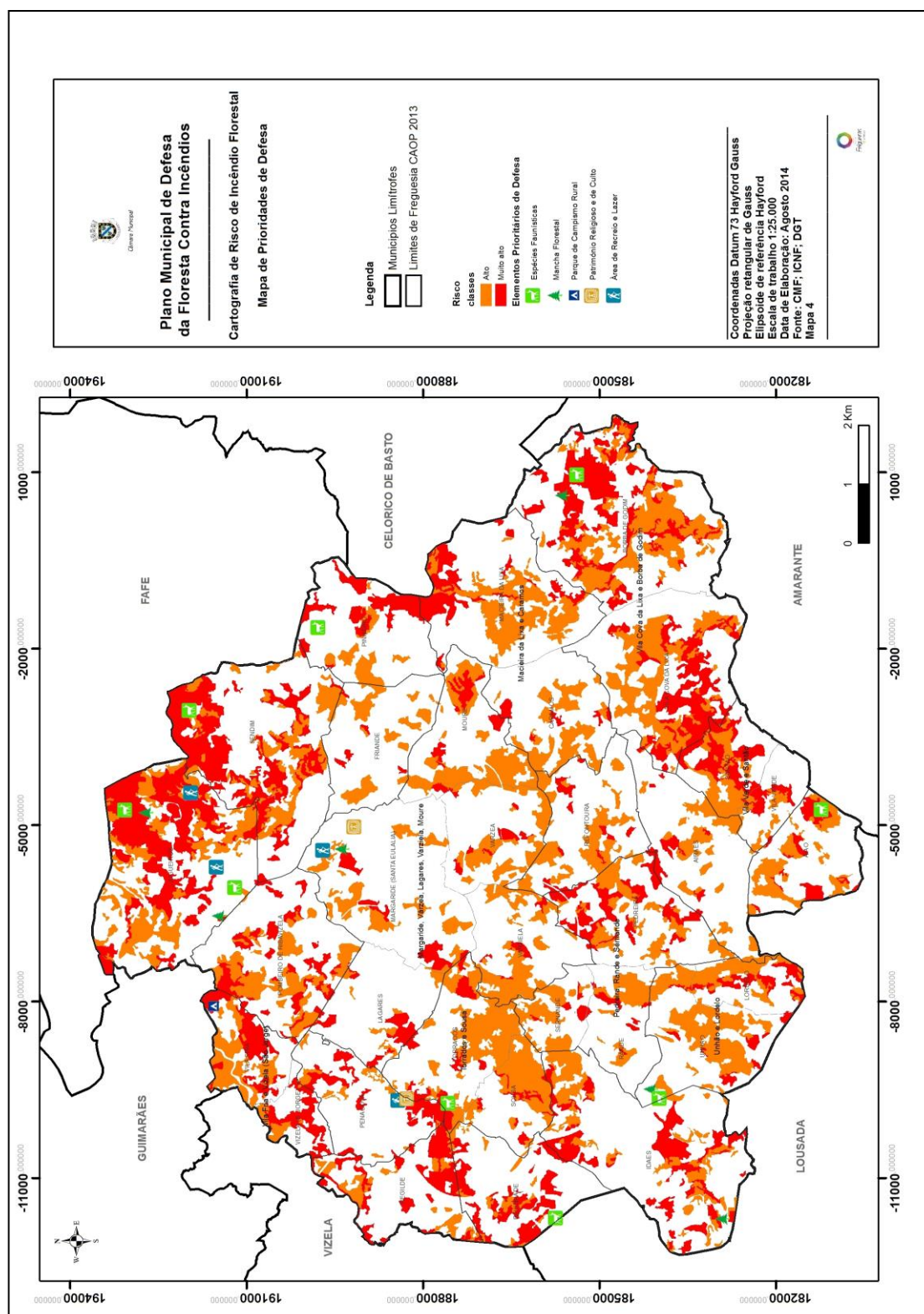
Mapa 2 – Perigosidade de Incêndio Florestal



Mapa 3 – Risco de Incêndio Florestal



Mapa 4 – Prioridades de Defesa



2. OBJECTIVOS E METAS DO PMDFCI

O Concelho de Felgueiras está classificado como sendo um Concelho **T4**, isto é, tem muitas ocorrências e muita área ardida. Esta situação ocorre, à semelhança de todo o Litoral Norte, em grande parte devido ao extenso interface urbano-florestal, provocado pelo tipo de povoamento humano (extremamente disperso) e pelas atividades relacionadas com a agricultura (sobretudo a pequena agricultura e de subsistência).

Quadro 2 – Objetivos e Metas anuais do PMDFCI

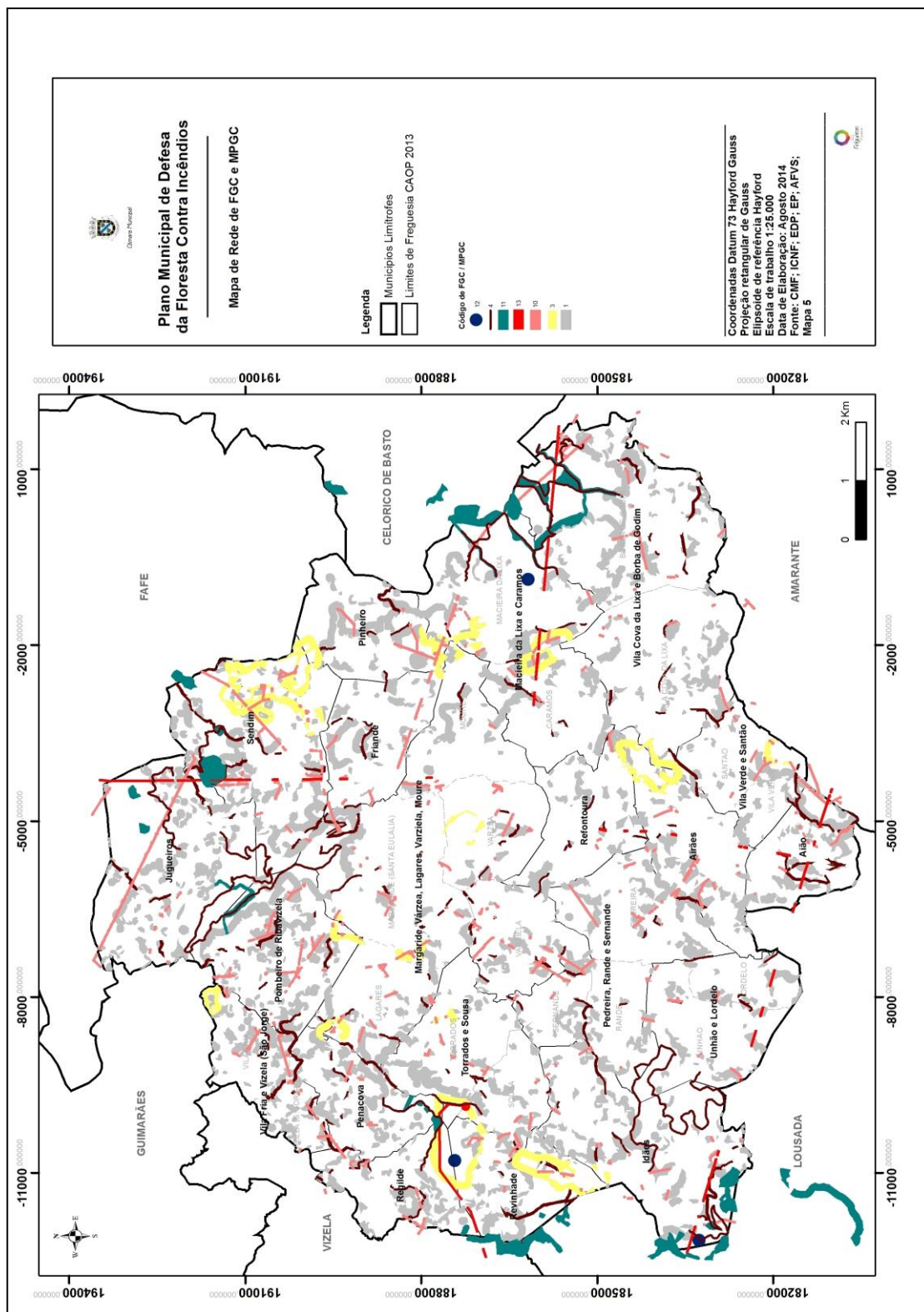
Eixo correspondente	Ação Correspondente	Objetivos Anuais	Metas Anuais				
			2015	2016	2017	2018	2019
Eixo 2	•Desenvolvimento ao nível local, por grupo-alvo, de programas de sensibilização da população •Programa de educação e sensibilização escolar •Definição de áreas prioritárias de fiscalização	Redução do número de ocorrências	<300	<300	<300	<250	<250
Eixo 1	•Criação de mosaico de gestão de combustíveis •Promoção de ações de silvicultura	Redução da área ardida	<200 ha	<200 ha	<200 ha	<150 ha	<150 ha
Eixo 3	•Melhorar as ações de vigilância e primeira intervenção •Melhorar apoio à decisão e análise de incêndios						
Eixo 1	•Criação de mosaico de gestão de combustíveis •Promoção de ações de silvicultura	Eliminar incêndios florestais com área superior a 50 ha	Não existirem incêndios florestais com área superior a 50 ha dentro dos limites administrativos do Concelho de Felgueiras				
Eixo 3	•Melhorar as ações de vigilância e primeira intervenção •Melhorar apoio à decisão e análise de incêndios						
Eixo 1	•Criação de mosaico de gestão de combustíveis •Promoção de ações de silvicultura	Implementar um Plano de Gestão de Combustíveis através do Uso do Fogo	10 ha	10 ha	10 ha	10 ha	10 ha

EIXO ESTRATÉGICO 1

Aumento da Resiliência do Território aos **Incêndios Florestais**

Rede Total de FGC e MPGC

Mapa 5 - Faixas e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustíveis (Total)



Em relação à distribuição de competências por tipo de Faixa de Gestão de Combustível (FGC), de acordo com o apresentado na página anterior e com a legislação vigente, as competências pela respetiva execução serão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 3 – Distribuição de competências nas FGC/MPGC - Total

Tipo de Faixa	Desc. FGC (De acordo o apêndice 6 do Guia Técnico para elaboração do PMDFCI)	Área Total da FGC (ha)	Competência prevista no DL 17/2009
FGC - Rede Viária Municipal	4	61	Câmara Municipal de Felgueiras (CMF)
FGC - Rede Viária Florestal Municipal	4	72	Câmara Municipal de Felgueiras (CMF)
FGC - Rede Viária Nacional	4	10	Instituto de Estradas de Portugal (IEP)
FGC - Rede Viária Nacional	4	22	ASCENDI (A42 e A11)
FGC - Aterro	3	16	Câmara Municipal de Felgueiras (CMF)
FGC - Parque de Campismo	3	10	Câmara Municipal de Felgueiras (CMF)
FGC - Zonas Industriais	3	458	Câmara Municipal de Felgueiras (CMF)
MPGC	11	40	Câmara Municipal de Felgueiras/AFVS/Portucel-Soporcel
FGC - Rede Elétrica / Alta Tensão	13	26	EDP
FGC - Rede Elétrica / Média Tensão	10	98	EDP
FGC - Proteção às Edificações	1	916	Titulares dos Terrenos

De todas as FGC, a execução será prioritária (de acordo com as implicações estruturais na DFCI) nas faixas localizadas nas principais manchas florestais do concelho (identificadas mais à frente), bem como naquelas que protegem pessoas e bens.

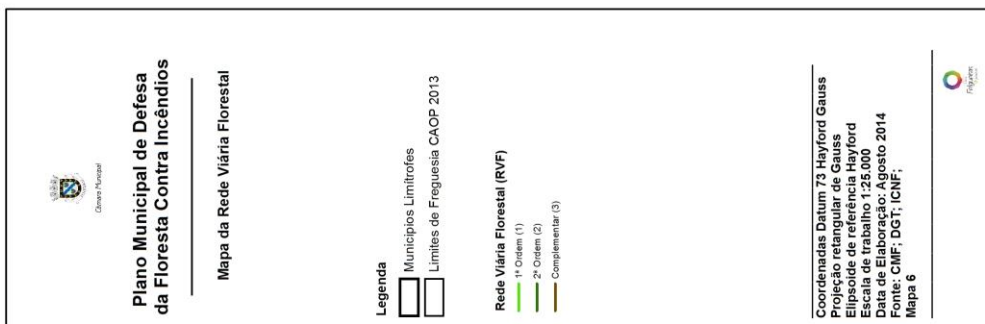
Assim, será dada especial atenção e prioridade:

- À sensibilização da população cujas edificações confrontam com a floresta – interface urbano/florestal;
- À execução das FGC da Rede Viária Florestal Municipal Estrutural e dos MPGC;

Caso haja interceção de FGC's prevalecerá a seguinte ordem de prioridades: EDP, IEP, CMF, Particulares.

O presente documento tem uma vigência de 5 anos (2015-2019), ainda que o POM seja atualizado anualmente. Nessa altura será efetuada uma avaliação das áreas intervencionadas e daquelas que ainda faltam intervir. Haverá portanto uma monitorização permanente na revisão anual do POM.

Mapa 6 – Rede Viária Florestal Municipal (RVF)



À margem da silvicultura preventiva que se vai realizar, os 11 Caminhos Florestais Municipais serão anualmente alvo de manutenção do pavimento por parte da CMF, para que estejam transitáveis aos veículos de combate. Estes caminhos estão inseridos nas principais manchas florestais do concelho, quer em termos de área (> 100 ha), quer em termos de valor (existência de ZIF's e povoamentos destinados à produção). Desta forma pretendemos ter esta rede permanentemente acessível tanto a veículos de primeira intervenção, como aos destinados a atuar em ataque ampliado.

Quadro 4 – Rede Viária Florestal Municipal (Caminhos Florestais)

Nome do caminho	Comprimento (Km)	Situação Atual	Largura	Categoria (Rede_DFCI)	Designação	Área Silvicultura Preventiva (há)
CF 1 (Santa Ana)	8,4	Transitável (Razoável)	6	1	PT.1.001	16,71
CF 2 (Seixoso)	6,8	Bom estado	6	1	PT.1.002	13,60
CF 3 (Santa Quitéria e S. Domingos)	9,1	Bom estado	6	1	PT.1.003	18,07
CF 4 (Corvete - Codeçais)	1,2	Bom estado	4-6	2	PT.2.004	2,50
CF 5 (Barroco - Outeirinho)	2,4	Transitável (Razoável - mau estado no final)	3	3	PT.3.005	4,81
CF 6 (Srª. Perdidos - Pedreira)	2,3	Bom estado	3-4	2	PT.2.006	4,71
CF 7 (Granja - Barrosas)	2,2	Bom estado	3-4	2	PT.2.007	4,32
CF 8 (Seixoso - Felgueiras - Minas do Seixoso)	0,78	Transitável (Razoável - mau estado no final)	3	2	PT.2.008	1,59
CF 9 (Seixoso - Urgel)	0,71	Transitável (Razoável)	3	2	PT.2.009	1,45
CF 10 (Seixoso - Cidral)	1,2	Mau estado	4-6	2	PT.2.010	2,35
CF 11 (Sra. Perdidos - Capela)	0,99	Bom estado	6	1	PT.1.011	2,00

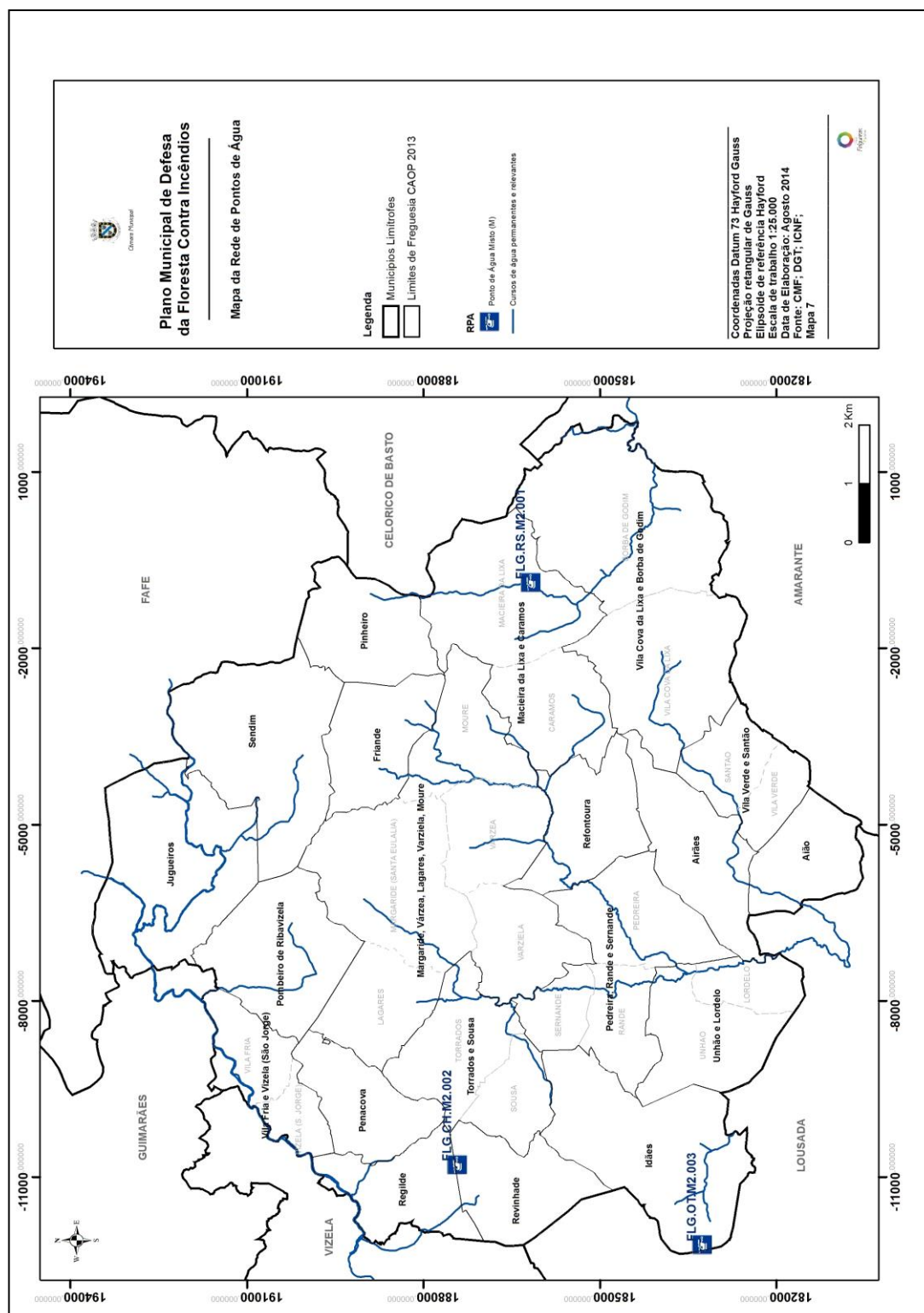
Rede de Pontos de Água

O Concelho possui uma boa rede de pontos de água, estando todo o território coberto de forma bastante abrangente. Mesmo para meios aéreos, no concelho existem 3 pontos públicos, estando estrategicamente situados junto a manchas florestais de dimensão considerável e onde há maior potencial de destruição caso ocorra um incêndio florestal.

Quadro 5 – Pontos de Água

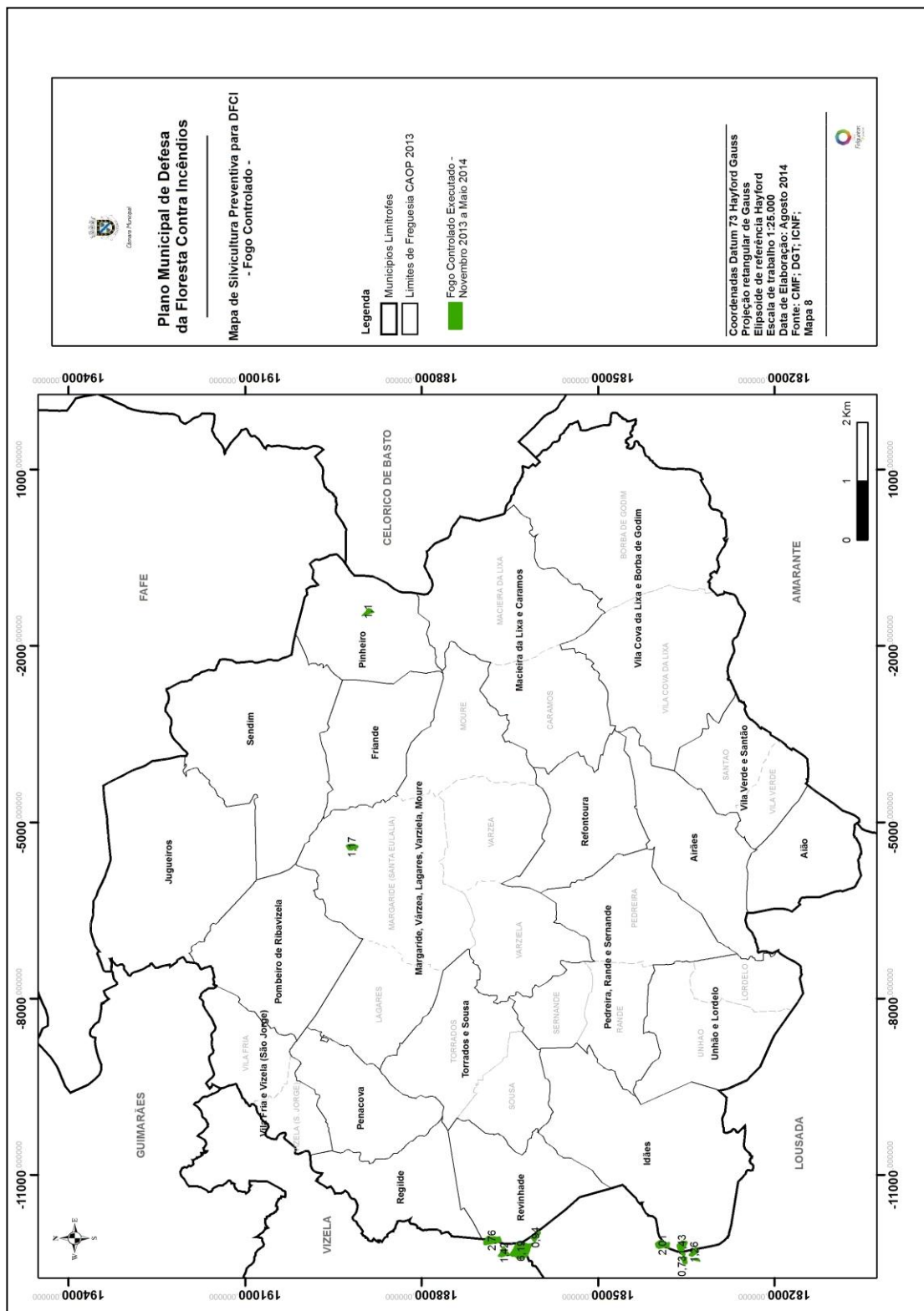
ID_PA	NOME	FREGUESIA	TIPO_PA	Vol_Máx (m3)	CLASSE_PA	COD_SINAL
1	Campo de Futebol	Macieira da Lixa	Charca	10	M	FLG.RS.M2.001
2	Pedreira	Revinhade	Charca	30	M	FLG.CH.M2.002
3	Monte	Idães	Reservatório DFCI	5	M	FLG.OT.M2.003
4 - 619 (615)	Tomadas de Água	Todo o Concelho	Tomadas de Água Rede Pública	-	T	FLG.RP.T.004
620 - 695 (76)	Lavadouro	Todo o Concelho	Estruturas de Armazenamento de Água fixas	1	T	FLG:TQ.T.620

Mapa 7 – Rede de Pontos de Água (RPA)



Silvicultura Preventiva realizada no âmbito da DFCI

Mapa 8 – Silvicultura Preventiva no âmbito da DFCI (Fogo Controlado realizado em 2013/2014)



As ações de silvicultura preventiva realizadas em 2013 e 2014 foram executadas maioritariamente com recurso à técnica do fogo controlado e incidiram em parcelas, que pela sua posição estratégica, poderão criar oportunidades de combate mais seguras e eficazes. Naturalmente que o fator económico não poderá ser dissociado pois esta técnica é seguramente das mais baratas em função da área tratada.

Planeamento e Calendarização das Ações Referentes ao 1º Eixo Estratégico

Silvicultura Preventiva

Em relação às ações de silvicultura preventiva cujas entidades responsáveis são a EP, CMF, EDP, Portucel/Soporcel e AFVS apresenta-se quadro com o planeamento das áreas a intervir (construção e manutenção de FGC e MPGC) para o horizonte 2015-2019, em consonância com as prioridades obtidas por aplicação da metodologia anteriormente explicitada.

Estas FGC/MPGC incidirão sobretudo em Pontos Estratégicos de Gestão (localizados e estruturados em função da tipologia de incêndios esperada – Ponto 6 do Caderno 1), normalmente “acoplados” a infraestruturas de DFCI (RVF) para a eficiência do combate ser superior.

Quadro 6 – Intervenções na Rede Secundária de FGC e MPGC (previsão) 2015-2019

Código da descrição da faixa	Descrição da Faixa	2015		2016		2017		2018		2019	
		Área com intervenção (ha)	Área sem intervenção (ha)	Área com intervenção (ha)	Área sem intervenção (ha)	Área com intervenção (ha)	Área sem intervenção (ha)	Área com intervenção (ha)	Área sem intervenção (ha)	Área com intervenção (ha)	Área sem intervenção (ha)
1	Edificações Particulares	* 916	* 916	* 916	* 916	* 916	* 916	* 916	* 916	* 916	* 916
3	Polígonos Industriais	0	458	0	458	0	458	0	458	0	458
3	Parque de Campismo	0	10	0	10	0	10	0	10	0	10
3	Aterro Municipal	0	16	0	16	0	16	0	16	0	16
4	Rede Viária Nacional	10	0	0	10	0	10	10	0	0	10
4	Rede Viária Municipal	0	61	0	61	0	61	0	61	0	61
4	Rede Viária Florestal Municipal	0	72	2	70	16.7	55.3	0	72	0	72
10	Rede Elétrica – Média Tensão	16	82	1	97	6	92	0	98	0	98
11	MPGC	39.8	60.2	27.5	72.5	5.3	94.7	27.8	72.5	0	100
13	Rede Elétrica – Alta Tensão	13.5	12.5	7.4	18.6	0	26	0	26	5.3	20.7
Total		79.3 **	771.7 **	37.9 **	813.1 **	28 **	823 **	37.8 **	813.5 **	5.3 **	845.7 **

* A CMF tem intenção de promover junto dos proprietários a execução atempada da FGC de proteção às edificações, mas é impossível fazer uma estimativa do que será realmente cumprido. Assim, os valores são globais e a execução dos mesmos meramente indicativa.

** Não estão incluídos os valores da FGC de proteção às edificações responsabilidade dos particulares.

Regras para Construção de Novas Edificações no Espaço Rural

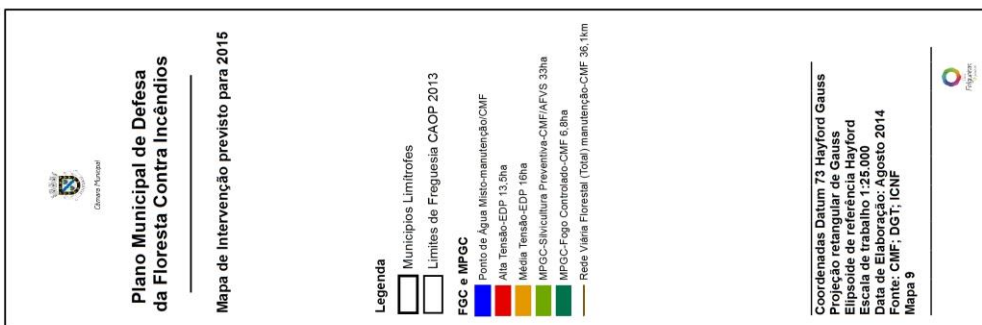
Em Anexo

Rede de Pontos de Água**Quadro 7 – Planeamento das intervenções em Pontos de Água**

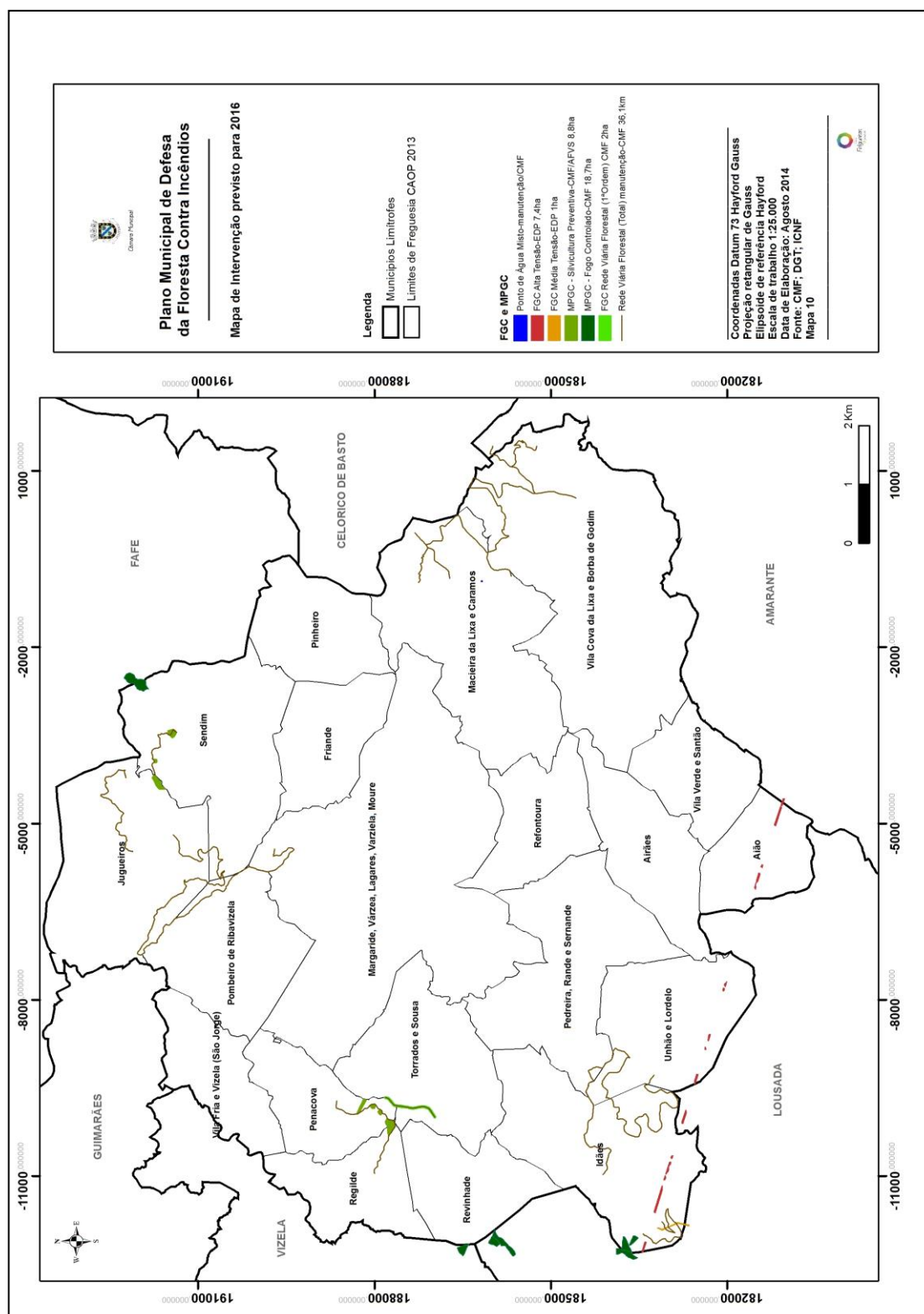
ID_PA	NOME	TIPO_PA	Vol_ Máx (m3)	CLASSE_PA	COD_SINAL	Tipologia de Ação	2015	2016	2017	2018	2019
1	Campo de Futebol	Charca	10	M	FLG.RS.M2.001	Manutenção	-	x	-	-	x
2	Pedreira	Charca	30	M	FLG.CH.M2.002	Manutenção	-	-	-	-	-
3	Monte	Reservatório DFCI	5	M	FLG.OT.M2.003	Manutenção	x	-	-	x	-

Rede Viária Florestal**Quadro 8 – Planeamento das Intervenções na Rede Viária Florestal Municipal (Caminhos Florestais)**

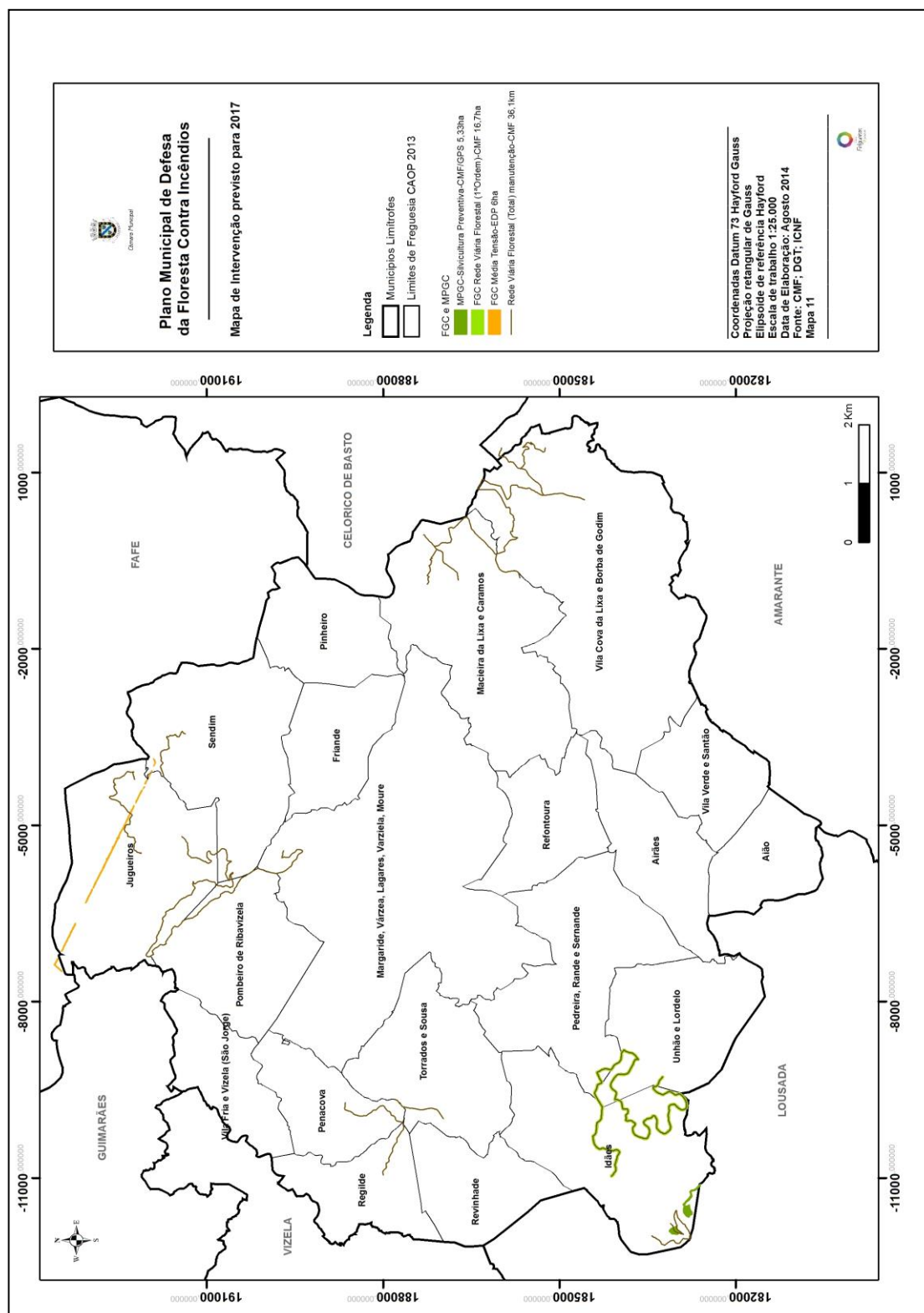
Rede_DFCI	2015		2016		2017		2018		2019	
	Área com intervenção (Km)	Área sem intervenção (Km)	Área com intervenção (Km)	Área sem intervenção (Km)	Área com intervenção (Km)	Área sem intervenção (Km)	Área com intervenção (Km)	Área sem intervenção (Km)	Área com intervenção (Km)	Área sem intervenção (Km)
Rede Viária de 1.ª ordem	25.3	0	25.3	0	25.3	0	25.3	0	25.3	0
Rede Viária de 2.ª ordem	8.4	0	8.4	0	8.4	0	8.4	0	8.4	0
Rede Viária de 3.ª ordem	2.4	0	2.4	0	2.4	0	2.4	0	2.4	0
TOTAL	36.1	0	36.1	0	36.1	0	36.1	0	36.1	0

Mapa 9 – Plano de Intervenções - Ano 2015

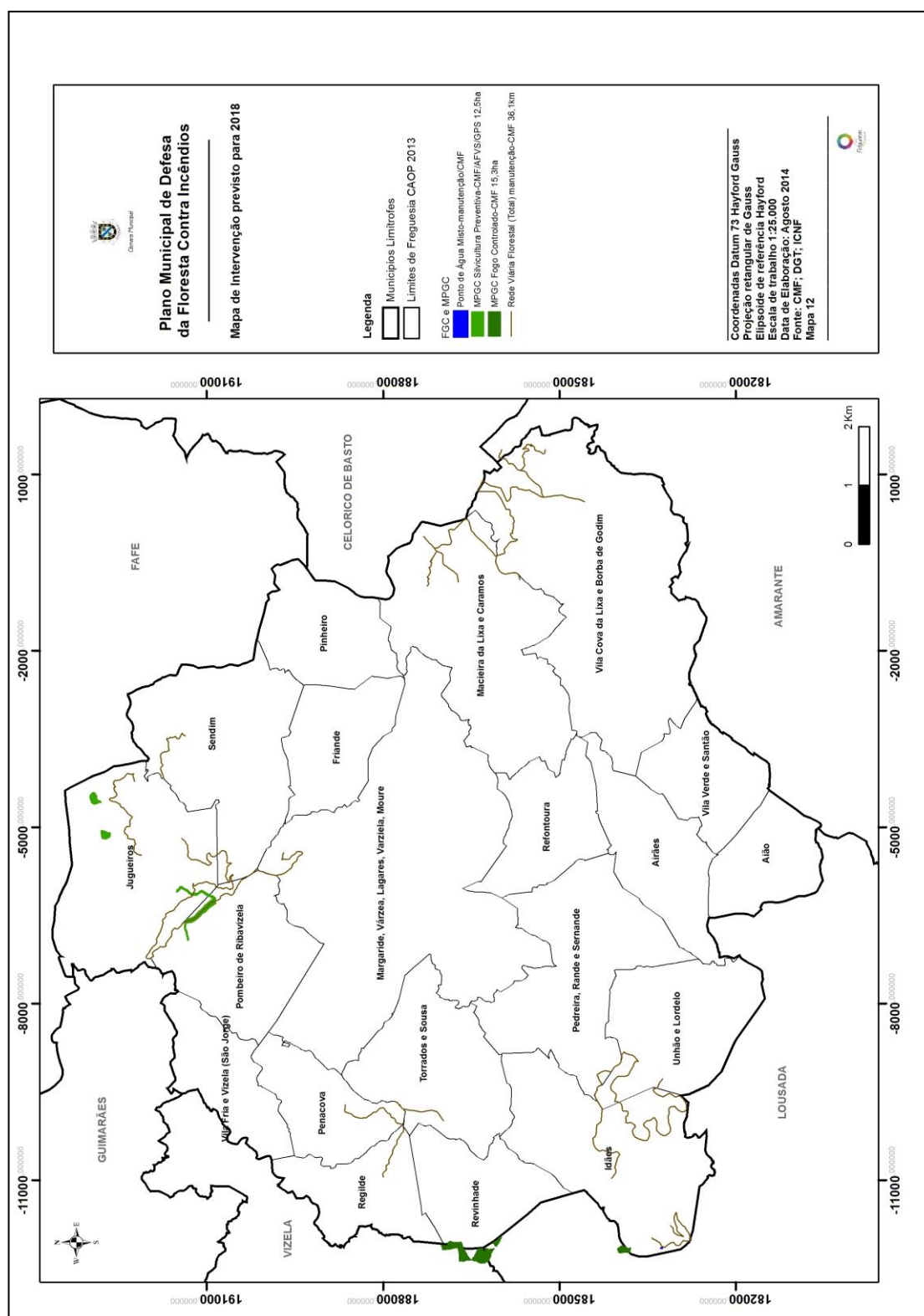
Mapa 10 – Plano de Intervenções - Ano 2016



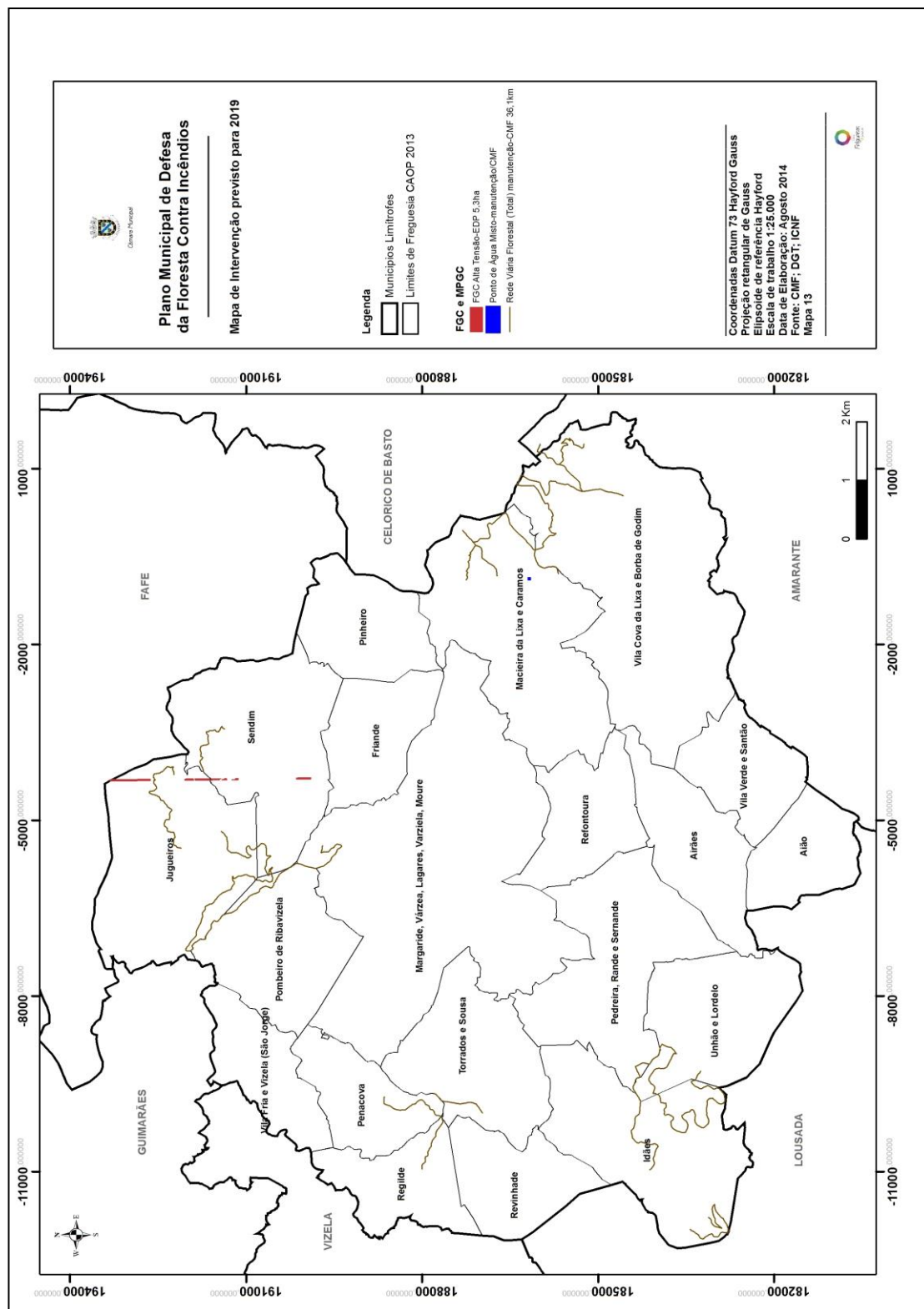
Mapa 11 – Plano de Intervenções - Ano 2017



Mapa 12 – Plano de Intervenções - Ano 2018



Mapa 13 – Plano de Intervenções - Ano 2019



Quadro 9 – Metas e Indicadores

Ação	Código	Metas	Unidades	Indicadores				
				2015	2016	2017	2018	2019
Implementação das FGC associadas a Rede viária Florestal - Municipal	4	18.7 ha Executados	ha	-	2	16.7	-	-
Implementação das FGC associadas a Rede elétrica de média tensão	10	23 ha Executados	ha	16	1	6	-	-
Implementação das FGC associadas a Mosaicos de parcelas de gestão de combustível	11	100 ha Executados	ha	39.8	27.5	5.3	27.8	-
Implementação das FGC associadas a Rede elétrica de alta tensão	13	26 ha Executados	ha	13.5	7.4	-	-	5.3
Manutenção de ponto de água	Misto	Manutenção de 2 pontos de água	M³	x	x	-	x	x
Manutenção/Beneficiação RVF	4	36.1 Km executados	Km	36.1	36.1	36.1	36.1	36.1
Implementação das FGC associadas a Rede viária Florestal - Nacional	4	20 ha Executados	ha	10	-	-	10	-

Quadro 10 – Orçamento estimado e Responsáveis

Ação	2015		2016		2017		2018		2019	
	Orçamento (€)	Responsáveis	Orçamento (€)	Responsáveis	Orçamento (€)	Responsáveis	Orçamento (€)	Responsáveis	Orçamento (€)	Responsáveis
Implementação das FGC associadas às Edificações particulares	526 700	Proprietários	526 700	Proprietários	526 700	Proprietários	526 700	Proprietários	526 700	Proprietários
Implementação das FGC associadas a Rede viária Florestal	-	CMF	1150	CMF	9 603	CMF	-	CMF	-	CMF
Implementação das FGC associadas a Rede elétrica de média tensão	9 200	EDP	575	EDP	3 450	EDP	-	EDP	-	EDP
Implementação das FGC associadas a Mosaicos de parcelas de gestão de combustível	20 233	CMF AFVS GPS	8 520	CMF AFVS GPS	3 048	CMF AFVS GPS	10 019	CMF AFVS GPS	-	CMF AFVS GPS
Implementação das FGC associadas a Rede elétrica de alta tensão	7 763	EDP	4 255	EDP	-	EDP	-	EDP	3 048	EDP
Manutenção de 2 Pontos de Água Mistos	1000	CMF	1000	CMF	-	CMF	1000	CMF	1000	CMF
Manutenção/Beneficiação de RVF (todos os Caminhos – 36.1 Km)	33 400	CMF	33 400	CMF	33 400	CMF	33 400	CMF	33 400	CMF
Implementação das FGC associadas a Rede viária Nacional	5750	IEP	-	IEP	-	IEP	5750	IEP	-	IEP

Nota: Os valores de referência (via CAO) usados foram:

- **Silvicultura Preventiva (moto manual) – 575 €/ha**
- **Fogo Controlado – 185 €/ha**
- **Manutenção da Rede Viária Florestal – 925 €/Km**

EIXO ESTRATÉGICO 2

Redução da Incidência dos Incêndios

Neste Eixo, será importante como nota introdutória começar por afirmar, sem a menor dúvida, que é e será errado pensarmos ou tentarmos acabar definitivamente com os incêndios florestais. Esse será o primeiro erro. Portugal é um país do sul da Europa, onde o uso do fogo está extremamente enraizado na cultura da população mais rural. Esta população vê no uso do fogo uma ferramenta demasiado importante para ser abandonada, ou mesmo substituída por alternativas. Alternativas essas que existem e estão ao dispor da população, mas que aos seus olhos são mais “burocráticas” e dispendiosas.

Tendo, a título de exemplo, o ano de 2011 como referência, deve-se referir que este estava desde o início referenciado como sendo previsivelmente problemático. Problemático porque as previsões meteorológicas sazonais indicavam que seria quente e seco, verificaram-se precipitações muito baixas no Inverno, e porque atravessamos uma crise socioeconómica gravíssima. Muitas eram as perspectivas de que seria um ano “mau” nesta matéria. Então, pode-se colocar esta pergunta: porque não nos preparamos convenientemente para tal? A resposta é que preparamos bastante bem, mas perante determinadas condições nenhum “sistema” de resposta consegue responder, tal como aconteceu. Portugal não é caso único. Infelizmente os exemplos que corroboram esta tese chegam de todos os “cantos” do mundo, Austrália, EUA, Espanha, Grécia, etc.

Há ainda o facto de que cada vez mais não estar definida uma “tradicional época de fogos”, o Período Crítico, mas sim vários períodos críticos ao longo do ano. Vejamos alguns exemplos mais recentes em que a área ardida foi significativa fora desse período: Novembro de 2007, Março de 2009 ou Fevereiro/Março de 2011.

Apostamos na prevenção, sobretudo na sensibilização, mas infelizmente não chegou.

Pode-se afirmar, com um grau de certeza bastante elevado, que a população está informada e tem conhecimento sobre as suas obrigações, os condicionalismos nessa altura do ano e quais os comportamentos de risco. Para confirmar esta afirmação, basta analisarmos alguns pontos:

- O número de autos levantados pelas forças de segurança diminuiu em grande número (mas não diminuiu a fiscalização);
- O número de pessoas que contactou o GTF no final do Período Crítico aumentou. As dúvidas prendiam-se com o facto de saberem se depois do dia 30 de Setembro já podiam queimar os sobrantes;
- O elevado número de queimas que se verificaram no dia 01 de Outubro em Felgueiras. Durante este dia ao percorrer o concelho, percebia-se que as pessoas sabiam ter terminado o Período Crítico.

Sabemos que as pessoas têm conhecimento do que não devem fazer, mas por vezes fazem-no e até o admitem. Porquê? Por variadíssimas razões. Desde a quezília pessoal, ao facto de quererem ver os meios aéreos e bombeiros a atuar, aos descuidos (fatais nesta altura do ano), ao puro incendiário por vandalismo, queima de lixos, abate de madeiras, abandono da floresta...enfim, muitas são as razões.

Há também um outro “fenómeno”, curioso por sinal, mas que foi notado por diversas situações. O “Fogo por solidariedade”. Isto é, nestas zonas é bastante comum as pessoas provocarem incêndios quando veem incêndios nas zonas limítrofes. A título de exemplo tomemos o caso das Freguesias de Sendim/Jugueiros, Penacova/Sousa/Torrados e Idães/Santo Estevão (Lousada). Nestes “grupos” de Freguesias é muito frequente surgirem vários focos num curto espaço de tempo. Vejam-se (a título meramente exemplificativo) os dias 8, 27 e 29 de Setembro de 2009. Poderiam ser dados outros exemplos, pois na realidade estes casos multiplicaram-se.



Figura 3 – “Fogo por Solidariedade” 29/09/09 – Dia com registo de 26 ocorrências

Um ponto comum é o facto de mais de 75% das ignições ocorrem junto às vias de comunicação e no interface urbano/florestal.

Está aqui neste ponto, interface urbano/florestal, o mais grave problema. É aqui que reside o grande perigo para as áreas florestais do concelho. Não é um problema exclusivo de Felgueiras, é um problema Nacional, mas com especial incidência nas regiões de Entre Douro e Minho e

Beira Litoral. Podemos afirmar, com alguma ironia mas com suporte real e verdadeiro, que quando um habitante executa uma faixa de gestão de combustível à volta da sua habitação, ele fá-la com o intuito de proteger a sua casa do fogo que “vem” da floresta, mas na realidade está sim a proteger a floresta do fogo que “sai” de junto das habitações. Temos vários exemplos desta situação no município.

De qualquer forma não nos podemos esquecer de uma “verdade”. O fogo existiu, existe e existirá sempre nas florestas do sul da Europa.

Quadro 11 - Comportamentos de Risco

Comportamentos de Risco				
Grupo Alvo	O quê?	Como?	Onde (Freguesia/Lugar)?	Quando?
População Rural (em especial a que habita o Interface Urbano-Florestal)	Uso Negligente do Fogo	Queima de sobrantes e lixos	<u>Juqueiros</u> (Escavanca e S. Paulo), <u>Sendim</u> (Lamelas; Codeçais), <u>Pinheiro</u> (Sra. da Aparecida), <u>Borba</u> (Póvoa e Cidral), <u>Macieira</u> (Vilar; Passarias), <u>Pedreira</u> (Boavista), <u>Sousa</u> (Sra. dos Perdidos), <u>Torradós</u> (Sra. dos Perdidos), <u>Revinhade</u> (Maragoutos), <u>Lagares</u> (Sra. dos Perdidos), <u>Idães</u> (Tarrío; Santana), <u>Lagares</u> (Sra. dos Perdidos), Pombeiro (Bustelo e Casinhas), <u>Moure</u> , <u>Friande</u> .	Todo o Ano
População em Geral	Incendiarismo	Utilização do fogo por dolo	Todo o Concelho	Todo o Ano
População em geral (em especial a que habita o Interface Urbano-Florestal)	Não cumprimento da legislação em vigor	Não execução das FGC	Todo o Concelho	Todo o Ano (Incidência de Junho a Setembro)
Comissões de Festas	Lançamento de Fogo de Artificio, Balonas e Foguetes	Lançamento de Fogo de Artificio, Balonas e Foguetes perto da Floresta aquando das Festas	Todo o Concelho	Incidência especial aos Sábados e Domingos entre Junho e Setembro

Quadro 12 – Fiscalização

	ANOS								TOTAL
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
N.º AUTOS LEVANTADOS	23	47	46	28	25	10	9	7	195
N.º PROCESSOS INSTRUÍDOS	23	47	46	28	25	10	9	7	195
PENDENTES DE DECISÃO	1	3	12	23	25	10	8	7	89
ADMOESTACÃO	16	33	28	5	0	0	1	0	83
ARQUIVADOS/FALECIMENTOS	1	6	1	0	0	0	0	0	8
APLICADA COIMA	5	5	5	0	0	0	0	0	15
% DE PROCESSOS CONTRA-ORDENAÇÃO/PROCESSOS INSTRUÍDOS	100	100	100	100	100	100	100	100	-

Quadro 13 – Fiscalização
 (Processos de Contra Ordenação
 por tipo de infração)

INFRAÇÃO	ANOS								TOTAL
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (% DE PROCESSOS CONTRA-ORDENAÇÃO/PROCESSOS INSTRUÍDOS)	
QUEIMAS	17	23	29	13	7	0	3	3 (100%)	95
QUEIMADAS	1	2	2	2	0	1	4	1 (100%)	13
PROIBIÇÃO DE FUMAR	3	0	0	0	0	0	0	0	3
GESTÃO DE COMBUSTÍVEL	2	21	15	10	18	9	2	3 (100%)	80
FOGUEIRAS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (ALTA TENSÃO)	0	0	0	3	0	0	0	0	3

Sensibilização**Quadro 14 – Sensibilização**

Avaliação Diagnosticada	Ações a Desenvolver	Data	Público-Alvo	Objetivos Anuais				
				2015	2016	2017	2018	2019
Diminuir no futuro comportamentos negligentes em relação à floresta	Concurso Amigos da Floresta e Festa da Floresta	De Janeiro a Março (até 21 de Março)	População escolar	Participação do máximo de escolas possível				
- Ocorrência de incêndios interface urbano-florestal devido ao uso negligente do fogo (queimas de sobrantes) e de maquinaria agroflorestal - Não cumprimento da obrigatoriedade de execução das FGC	Avisos (Câmara, Juntas e Igrejas)	Dezembro/Janeiro e Início do Período Crítico	População em Geral	Redução do nº de ocorrências em 10%		Redução do nº de ocorrências em 15%		
	Mensagens na Rádio Felgueiras	Dezembro/Janeiro e Início do Período Crítico	População em Geral					
	Site da Câmara Municipal	Todo o Ano	População Jovem					
	SMSs	Dezembro/Janeiro, Início do Período Crítico e sempre que se justificar	População dos Lugares Críticos, Juntas Freguesia					

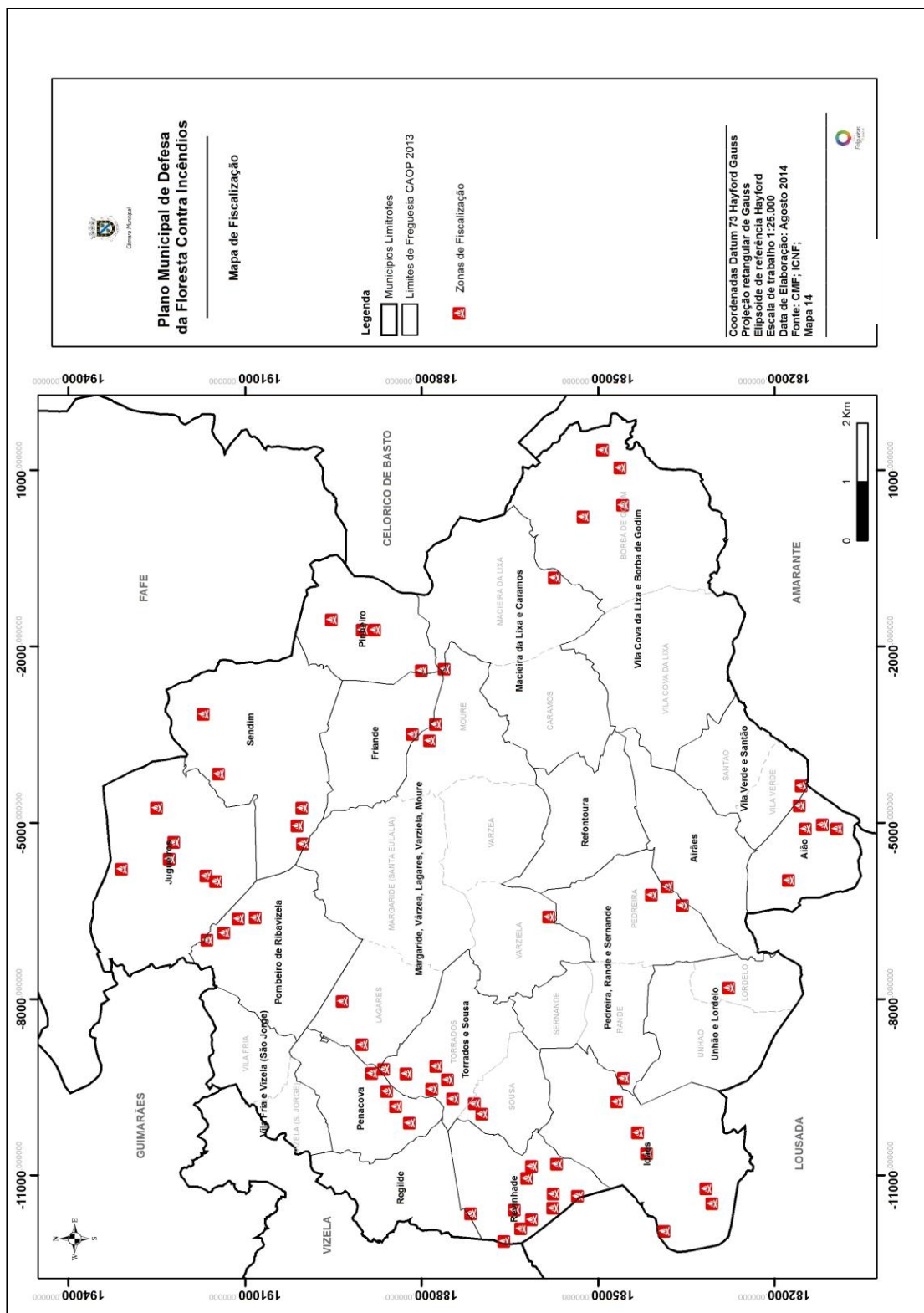
Descrição Pormenorizada das Ações de Sensibilização

- **“Os Amigos da Floresta” e Festa da Floresta** - Concurso anual, dirigido aos alunos do 1º e 2º ciclo. Este concurso premeia a criatividade dos alunos, utilizando a temática ambiental. Os alunos das turmas participantes realizam um trabalho coletivo sobre o ambiente e as ameaças da floresta. O concurso culmina com a já tradicional Festa da Floresta no Dia da Árvore onde são atribuídos os prémios aos vencedores (um ao 1º ciclo e outro ao 2º).
- **Avisos para os Srs. Párocos** – É enviado para os Srs. Párocos um “Aviso” sobre quando começa o Período Crítico e sobre as proibições a ter nesse intervalo de tempo. Peço a colaboração no sentido de lerem para informar a população. Assim “atingimos” uma parte da população importante, que de outra forma não atingiríamos.
- **Mensagens na Rádio Felgueiras** - Este tipo de sensibilização abrange uma elevada franja da população. O “tipo” de mensagens acompanha a “temática” implícita na distribuição de desdobráveis, prolongando-se depois pelos meses seguintes. Ou seja, no início do chamado “Período Crítico” passa diariamente na Rádio Felgueiras uma

mensagem. Quando este termina colocamos uma mensagem de alerta para as pessoas cortarem os matos á volta das suas casas no sentido de se prevenirem.

- **Utilização do Site da Câmara** – É uma forma de sensibilizar desde os mais jovens à população mais adulta, bem como informar as pessoas de determinadas coisas que apenas sabemos no final do dia anterior. Por exemplo o risco diário de incêndio em Felgueiras, apenas se sabe qual é, no final do dia anterior, logo a única forma de passarmos esta informação para os munícipes em tempo real é através da página da internet. Chamamos a atenção para a “janela” do GTF no site da Câmara Municipal de Felgueiras, onde consta informação relevante;
- **SMSs** – Será uma nova forma de “chegarmos” à população. Enviaremos mensagens escritas sempre que se justificar (alertas, período crítico, etc) para determinada aquela população que habita nos locais de interface urbano/florestal mais problemáticos, ou pelo menos com maior historio em termos de ocorrência de incêndios florestais.

Mapa 14 – Áreas com maior Fiscalização



Metas Anuais

Quadro 15 – Metas e Indicadores

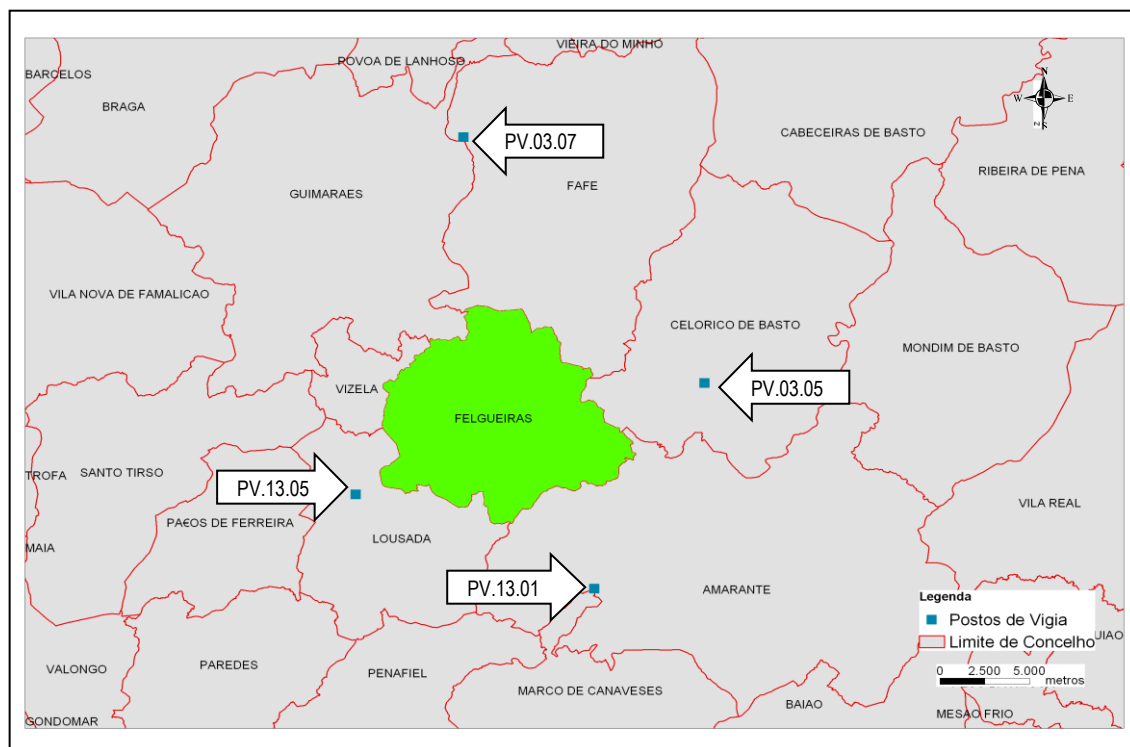
Ações a Desenvolver	Metas	Responsável	Indicadores 2015 - 2018				
			2015	2016	2017	2018	2019
Concurso Amigos da Floresta e Festa da Floresta	Sensibilizar a população escolar para o valor da floresta	CMF	Abranger 100% da população escolar até 2019				
Avisos (Câmara, Juntas e Igrejas)	Sensibilizar a população em geral para um correto uso do fogo e para a execução das FGC		Enviar Avisos até 2019 para todas as Juntas, Paróquias e Edifícios da Câmara sempre que se justificar para que 90% da população cumpra a legislação				
Mensagens na Rádio Felgueiras			Difusão Diária até 2019 de mensagens de sensibilização sempre que se justificar para que 90% da população cumpra a legislação				
Site da Câmara Municipal			Até 2019 ter a “janela” do GTF atualizada diariamente com o risco de incêndio				
Avisos SMS			Envio até 2019 de mensagens de sensibilização sempre que se justificar para que 90% da população cumpra a legislação				
Fiscalização	Fiscalização das áreas críticas	GNR/Polícia Municipal	Patrulhamento de 100 % das áreas críticas florestais e de interface até 2019				

Quadro 16 – Orçamento estimado e Responsabilidades

Ações a Desenvolver	Metas	Responsáveis	Estimativa Orçamental				
			2015	2016	2017	2018	2019
Concurso Amigos da Floresta e Festa da Floresta	Sensibilizar a população escolar para o valor da floresta	CMDF	2000€	2000€	2000€	2000€	2000€
Avisos (Câmara, Juntas e Igrejas)	Sensibilizar a população em geral para um correto uso do fogo e para a execução das FGC	CMF	-	-	-	-	-
Mensagens na Rádio Felgueiras		CMF /Rádio Felgueiras	500€	500€	500€	500€	500€
Site da Câmara Municipal		CMF	-	-	-	-	-
Avisos SMSs		CMF	500€	500€	500€	500€	500€
Fiscalização	Fiscalização das áreas críticas	GNR/Polícia Municipal	Os valores despendidos estão incluídos na execução das normais tarefas das respetivas entidades				
Total			3000€	3000€	3000€	3000€	3000€

EIXO ESTRATÉGICO 3

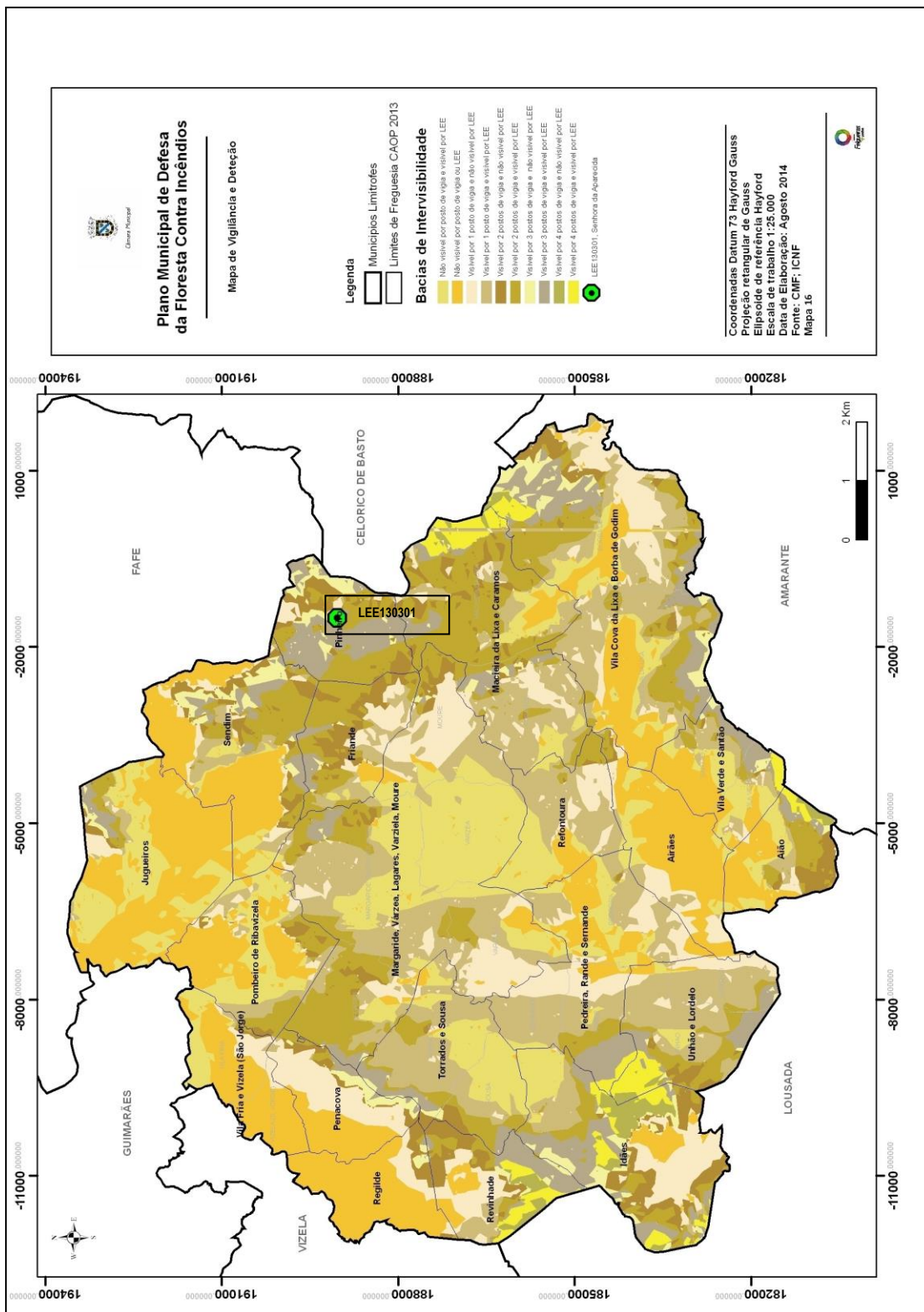
Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão de Incêndios

Mapa 15 - Localização dos Postos de Vigia Nacionais que cobrem a Área do Concelho**Quadro 17 - Indicações dos Postos de Vigia da Rede Nacional que cobrem a Área do Concelho**

Indicativo	Carta Militar	Concelho	Local	Código PV	Coord_x	Coord_y
21-01	112	Amarante	Ladoeiro	PV.13.01	199659	476633
21-06	99	Lousada	Santa Águeda	PV.13.05	186343	482287
26-02	100	Celorico de Basto	Sr.ª do Covelo	PV.03.05	205820	488984
26-03	71	Fafe	Santa Marinha	PV.03.07	192354	503758

Nota: A ESF 17-115 é a única equipa que faz vigilância e deteção no interior do concelho (no LEE 130301) e apenas o faz em dias de alerta amarelo, laranja e vermelho, independentemente da fase do DECIF.

Mapa 16 – Vigilância e Detecção



ANO 2013	ALFA (1 de Janeiro a 14 de Maio)	BRAVO (15 de Maio a 30 de Junho)	CHARLIE (1 de Julho a 30 de Setembro)	DELTA (1 de Outubro a 31 de Outubro)	ECHO (1 de Novembro a 31 de Dezembro)
N.º IF's	4	4	31	0	6
N.º Equipas de vigilância e deteção	1	1	1	1	1
Índice entre o número de incêndios/e o número total de equipas	4	4	31	0	6

Quadro 18 - Vigilância e Deteção

Quadro 19 - Primeira Intervenção

ANO 2013	ALFA (1 de Janeiro a 14 de Maio)	BRAVO (15 de Maio a 30 de Junho)	CHARLIE (1 de Julho a 30 de Setembro)	DELTA (1 de Outubro a 31 de Outubro)	ECHO (1 de Novembro a 31 de Dezembro)
N.º IF's	4	4	31	0	6
N.º Equipas de 1ª Intervenção	1	1	3	1	1
Nº de Elementos	5	5	15	5	5
Índice entre o número de incêndios/e o número total de equipas	4	4	10.3	0	6
Índice entre o número de incêndios/e o número total de elementos	0.8	0.8	2.1	0	1.2

Mapa 17 – Primeira Intervenção (cálculo efetuado só com permanência dos CB's nos aquartelamentos)

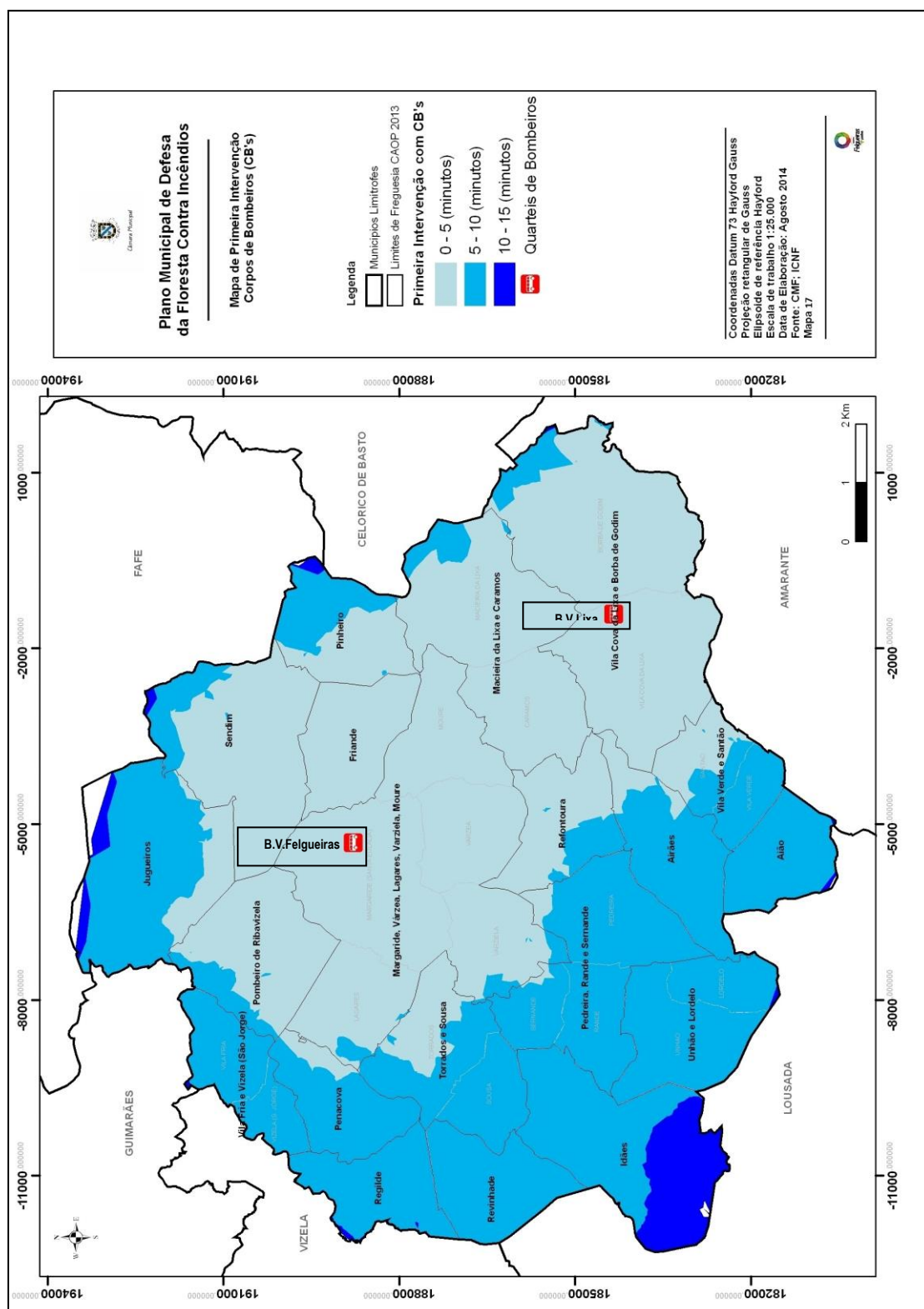


Gráfico 1 – Primeira Intervenção – CB's (cálculo efetuado só com permanência dos meios dos CB's nos aquartelamentos e em todas as fases do DECIF)

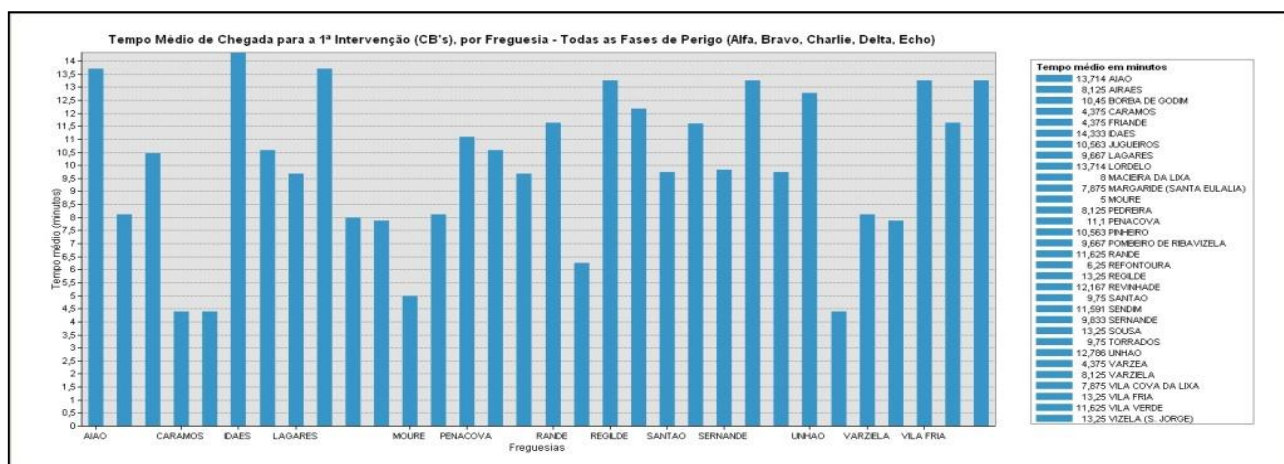
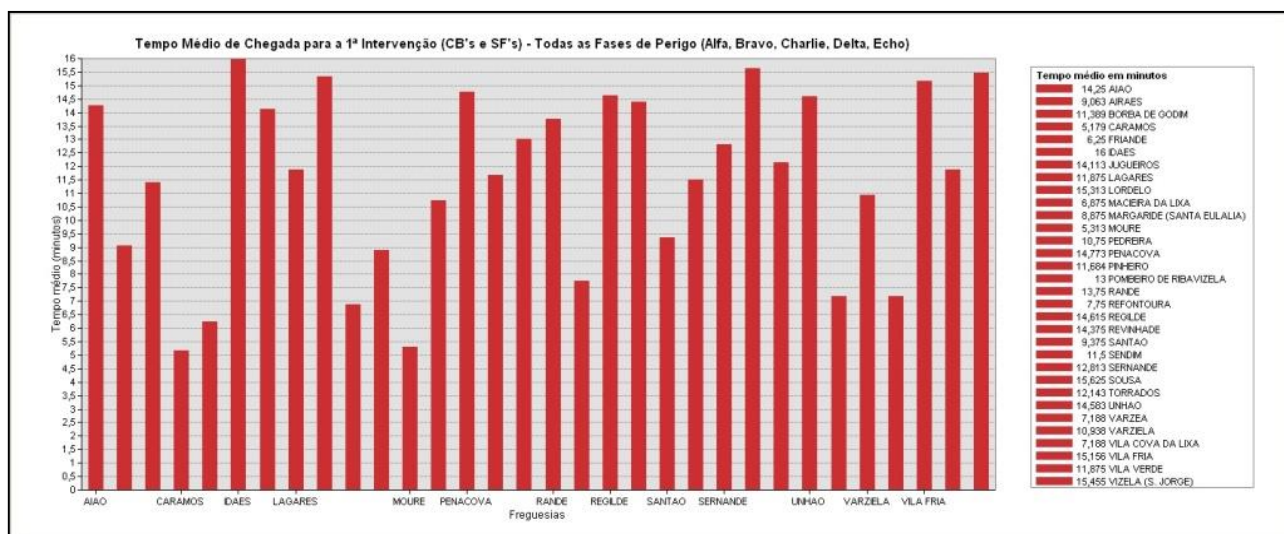
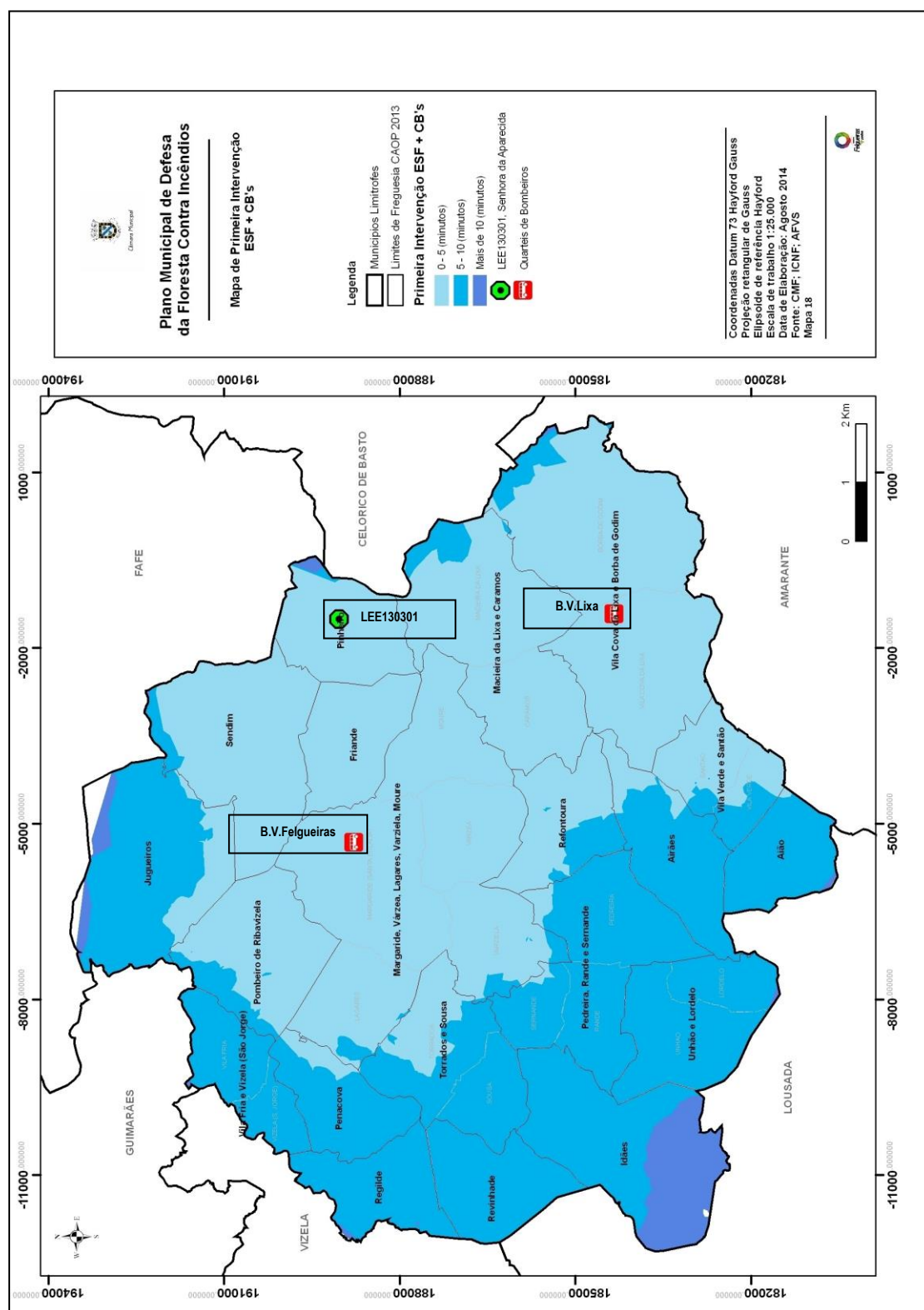


Gráfico 2 – Primeira Intervenção – CB's e LEE (cálculo efetuado com permanência dos meios dos CB's nos aquartelamentos e ESF no LEE - Com Alerta Amarelo ou superior e em todas as fases do DECIF)



Mapa 18 – Primeira Intervenção (cálculo efetuado com permanência dos CB's nos aquartelamentos e ESF no LEE) - Com Alerta Amarelo ou Superior



Quadro 20 – Número de Reacendimentos entre 2002 e 2013

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nº de Reacendimentos	0	0	0	0	1	0	0	0	84	54	54	44

Quadro 21 – Metas e Indicadores

Ação	Metas	Indicadores				
		2015	2016	2017	2018	2019
Vigilância e deteção	Manter em funcionamento a equipa de sapadores florestais, a partir do alerta amarelo, no LEE que lhe está atribuído	Diminuição do tempo de deteção de incêndios, em todas as fases de perigo do DECIF, com o objetivo de redução das áreas ardidas em 10% relativamente à média dos últimos anos e eliminação dos incêndios com área ardida superior a 50 ha				
1ª Intervenção	Manter em funcionamento, a EIP e equipa de sapadores florestais, em todas as fases de perigo	Diminuição do tempo de chegada para a 1.ª intervenção, em todas as fases de perigo do DECIF. No sentido de se concretizarem os objetivos, designadamente, tempos de intervenção inferiores a 10 minutos em 90% das ocorrências				
Rescaldo e vigilância pós-incêndio	Manter em funcionamento a EIP e equipa de sapadores florestais em todas as fases de perigo	Redução do n.º de reacendimentos para menos de 1% do total de ocorrências, em todas as fases de perigo do DECIF				

Quadro 22 – Orçamento estimado e Responsabilidades

Ação	Responsáveis	Estimativa de Orçamento Ano				
		2015	2016	2017	2018	2019
Vigilância e Deteção	GNR; AFVS	As despesas estão enquadradas no normal funcionamento das respetivas Entidades				
1ª Intervenção	BVF; BVL; AFVS					
Rescaldo e Vigilância Pós Rescaldo	BVF; BVL; AFVS					

EIXO ESTRATÉGICO 4

Recuperar e Reabilitar os Ecossistemas

Neste Eixo, o GTF deverá assumir, principalmente, um papel de orientação dos proprietários uma vez que o território municipal é praticamente na sua totalidade de proprietários privados.

Haverá sempre atenção redobrada sobre duas fases fulcrais nesta matéria: uma intervenção de curto prazo, logo após o incêndio e nas áreas em que tal se justifique (sobretudo as que estão nos Mapas 19 e 20), e uma intervenção a longo prazo, de acompanhamento na reflorestação da área ardida.

Em 2005, no âmbito dos grandes incêndios florestais que devastaram o país nos dois anos anteriores, a então Direção Geral dos Recursos Florestais (DGRF) apresenta várias recomendações para as atividades de extração de madeira:

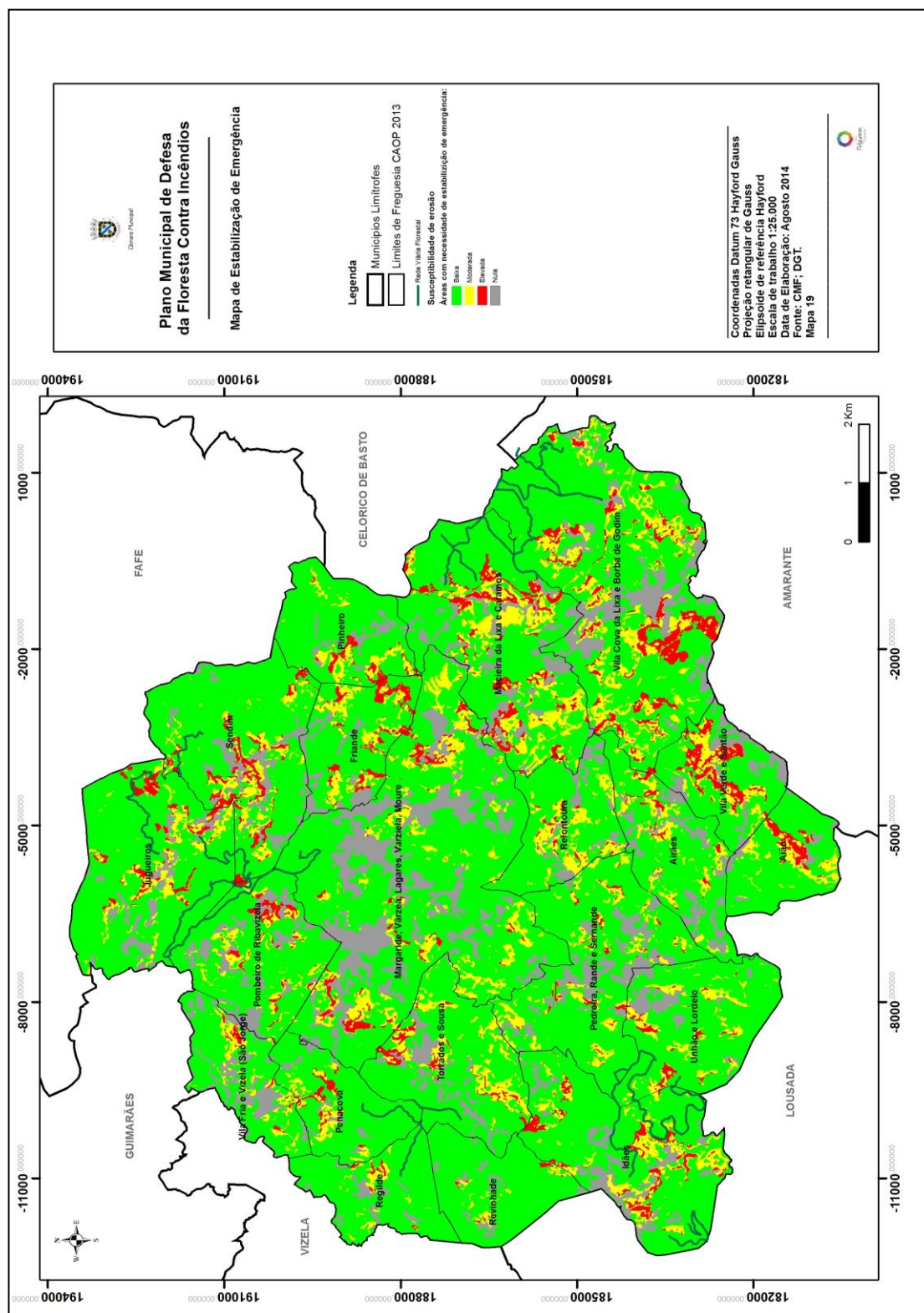
1. Sempre que o terreno apresente elementos que possam contrariar a erosão – armações do terreno em vala e câmoros, muros ou muretes de suporte de terras, cordões de pedra, etc. – as operações de exploração, devem ser executadas de modo a garantir a sua conservação;
2. Nas faixas de proteção às linhas de água, com largura mínima de 10 metros para cada um dos lados, não devem verificar-se nem a circulação de máquinas de exploração florestal, nem o arraste de troncos e toros, nem a deposição de resíduos de exploração;
3. A extração potencia o risco de erosão do solo pela movimentação de máquinas pesadas e arrastamento dos toros cortados. O uso de máquinas, mesmo as que utilizam sistemas de locomoção de baixa pressão, também provoca danos no terreno que importa prevenir. Os movimentos das máquinas sobre o terreno devem ser restritos ao essencial, e de modo a evitar configurações de sulcos que promovam um maior escoamento da água. O padrão espacial da rede de trilhos de extração deve ser organizado na perspetiva da mesma ser feita para a cota superior, de modo a que a convergência em carregadouro não concentre erosão. É sempre preferível passar pelo mesmo trilho de extração em vez de danificar toda a área, pelo que a movimentação de toros para carregadouro deve ser planeada de modo a utilizar um menor número de trilhos de extração. A deposição de ramos e bicadas nesses trilhos minimiza a compactação do solo e riscos de erosão;
4. É preferível a utilização de técnicas que movimentem o material lenhoso sem que este entre em contacto com o solo (sistemas de cabos aéreos ou trator transportador);
5. Para evitar a compactação do solo, deve ser evitado o uso de máquinas de exploração pesadas em períodos em que o solo se encontre saturado, após longos períodos de precipitação.

No fundo o que se pretende é que sejam usadas técnicas de gestão adequadas para minimizar os impactes da extração da madeira na erosão do solo. De salientar que as taxas de erosão provocadas pela extração podem ser mais significativas que as causadas pelo próprio incêndio. Há risco elevado de ocorrência de fenómenos importantes de erosão em sulcos associados aos trilhos de extração. A técnica de extração dos troncos queimados influencia fortemente o impacto sobre o solo. Geralmente a remoção de troncos por arrasto é a que causa maior impacto no solo, seguida pelos tratores transportadores, cabos aéreos e pela utilização de helicópteros (esta a mais cara, mas com menos impacto).

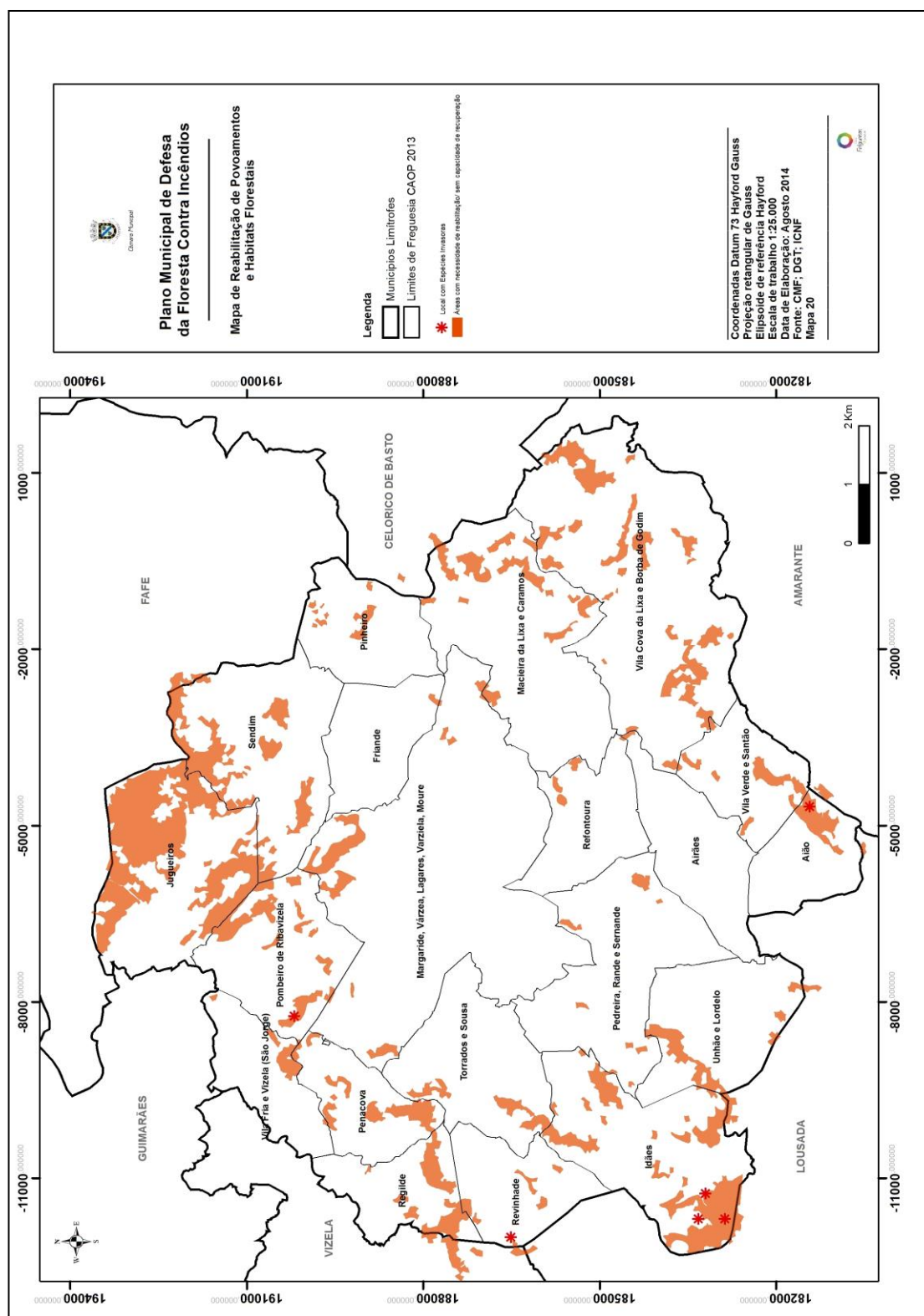
As propostas expostas para intervenções de reabilitação de áreas ardidas pressupõem duas fases, como já mencionado acima:

- **Uma a curto prazo - Estabilização de emergência:** como o nome indica, são vocacionadas para o imediato e incidem sobretudo na cobertura do solo, linhas de água e infraestruturas;
- **Outra a médio/longo prazo - Reabilitação de povoamentos e habitats florestais:** preconiza a recuperação do potencial produtivo e ecológico.

Mapa 19 – Áreas com Risco de Erosão – Estabilização de Emergência



Mapa 20 – Reabilitação de Povoamentos e Habitats Florestais



Quadro 23 – Procedimentos a adotar na Estabilização de Emergência e Reabilitação de Povoamentos Florestais e Habitats

Objetivos Estratégicos	Objetivo	Local/Tipologia	Procedimentos de intervenção	Responsável	Participante
Estabilização de emergência	Conservação da água e do solo	Erosão hídrica do concelho - Cheias para um tempo de retorno de 100 anos; vertentes orientadas a Sul; REN – áreas ameaçadas pelas cheias; REN – áreas de máxima infiltração (áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos)	- Limpeza e desobstrução dos leitos (750,00€/ha) - Consolidação das margens (800,00€/ha) - Obras de correção torrencial de pequena dimensão (1.500,00€/nº)	- Proprietários (no âmbito das suas obrigações legais) - CMF (nas suas áreas de gestão/competência) - Entidades de gestão florestal - Outros	- CMF nas suas áreas de gestão/ competência/em apoios a privados - Outros
		Áreas propícias à ocorrência de movimentos de vertentes (classes elevado e muito elevado);	- Criar modelos gerais de silvicultura que minimizem o risco de erosão do solo, equacionado caso a caso - Potenciar a regeneração natural da vegetação arbustiva e herbácea - Potenciar a sementeira de espécies para cobertura do solo (500,00€/ha) - Abater a madeira queimada (5,00€/ha) - Cortar e remover árvores caídas (com especial atenção nas áreas de maior risco onde a intervenção humana poderá aumentar a instabilidade da vertente (5,00€/ha) - Consolidar encostas e taludes (250,00€/ha)		
		REN – risco de erosão (áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo)	- Criar modelos gerais de silvicultura que minimizem o risco de erosão do solo, equacionado caso a caso - Potenciar a regeneração natural da vegetação arbustiva e herbácea - Consolidar encostas e taludes (250,00€/ha)		
		Exposição de vertentes – vertentes voltadas a Sul	- Criar modelos gerais de silvicultura com recurso a espécies menos vulneráveis aos incêndios florestais - Consolidar encostas e taludes (250,00€/ha)		
		Probabilidade de Incêndios florestais Muito Alta e Alta	- Potenciar a regeneração natural da vegetação arbustiva e herbácea - Criar modelos gerais de silvicultura com recurso a espécies menos vulneráveis aos incêndios florestais - Consolidar encostas e taludes (250,00€/ha)		

	Conservação das infraestruturas hidráulicas e rede viária florestal	Rede Viária Florestal	- Regularização, desobstrução e consolidação da rede viária florestal, incluindo a construção ou reabilitação da rede de drenagem/escoamento de água pluviais: - Limpeza e desobstrução (200,00€/km); - Drenagem de escoamento sobre os pavimentos (150,00€/km); - Construção de valetas e valas de drenagem (2.000,00€/km); - Regularização e consolidação da superfície de caminhos (300,00€/km); - Consolidação de taludes e aterros ao longo da rede viária (250,00€/ha) - Corte e remoção de árvores caídas na rede viária (5,00€/n.º) - Remoção de depósitos de resíduos	- Proprietários (no âmbito das suas obrigações legais) - CMF (nas suas áreas de gestão/competência) - Entidades de gestão florestal - Outros	- CMF nas suas áreas de gestão/ competência/em apoios a privados - Outros
		Infra estruturas hidráulicas (pontes)	- Limpeza e desobstrução das passagens hidráulicas (400,00€/n.º) - Obras de correção torrencial de pequena dimensão sempre que necessário (1.500,00€/ha)	Entidades da tutela	Entidades da tutela
Reabilitação de povoamentos e habitats florestais		Áreas afetadas/percorridas pelos incêndios	- Criar modelos gerais de silvicultura com recurso a espécies menos vulneráveis aos incêndios florestais, garantindo a rearborização/ estabilização dos espaços florestais; criar medidas de silvicultura (Condução da regeneração natural das folhosas autóctones; reconversão cultural de povoamentos de fraco potencial produtivo; Recuperação das galerias ripícolas, entre outras medidas a equacionar caso a caso) - Promover o ordenamento cinegético	- Proprietários (no âmbito das suas obrigações legais) - CMF (nas suas áreas de gestão/competência) - Entidades de gestão florestal - Outros	- CMF nas suas áreas de gestão/ competência/em apoios a privados - Outros

Nota: Os valores apresentados resultam do relatório de avaliação de impactes florestais, relativos ao incêndio florestal de Tavira (Catraia), ICNF, Ministérios da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, 2012.

EIXO ESTRATÉGICO 5

Adoção de uma Estrutura Orgânica Funcional e Eficaz

O principal objetivo neste Eixo será a operacionalização expedita da CMDF.

No âmbito da preservação/valorização é muito importante que o PMDFCI seja compaginável com os restantes instrumentos de planeamento municipal e supramunicipal com efeitos no território de Felgueiras, sob pena de ver a eficácia posta em causa.

Quanto à ação, todos os intervenientes no teatro de operações, quer sejam a GNR / SPENA e GIPS, Bombeiros, Polícia Municipal, GTF, Presidentes de Junta; Sapadores Florestais, Voluntários Jovens e Protecção Civil, terão os contactos telefónicos diretos uns dos outros para que este dispositivo possa funcionar e a população possa ser informada dos contactos de alerta. Deverão dar sempre o alerta para o n.º de emergência de incêndios florestais (117), ou para as entidades de combate, ou seja os Bombeiros, para que o tempo decorrido entre o alerta e a 1.ª intervenção seja o mais curto possível.

Em todas as situações haverá permanente contacto entre os diversos intervenientes para que não haja sobreposição de meios de deteção, vigilância, combate e rescaldo, cabendo ao Gabinete Técnico Florestal acompanhar e monitorizar as diversas situações que ocorram. Caberá também ao GTF o acompanhamento da planificação anual de cada entidade, transmitindo-a aos vários intervenientes no teatro de operações.

Durante a época crítica, o GTF orientará o planeamento da vigilância e deteção, de forma a evitar situações de sobreposição entre as entidades DFCl.

- De referir que o POM deverá estar aprovado anualmente até 15 de Abril.
- Este PMDFCI terá um período de vigência de 5 anos (i.e. válido até 2019).
- A CMDF deverá reunir ordinariamente duas vezes por ano, e extraordinariamente sempre que se justificar.

Previsão das formações que os vários operacionais e técnicos previsivelmente terão durante os próximos anos.

Quadro 24 – Necessidades de Formação

Entidade	Tipo de Formação	Número de Elementos
Câmara Municipal Felgueiras	Análise do comportamento do Fogo Florestal	2
	Segurança no Combate em Incêndios Florestais	2
Bombeiros Voluntários de Felgueiras	Chefe de Equipa de Combate a Incêndios Florestais *	10 Elementos
	Uso de Ferramentas Manuais **	25 Elementos
Bombeiros Voluntários da Lixa	Curso de Combate a Incêndios Florestais	Todos os Elementos do Corpo de Bombeiros
	Organização Interna de Teatros de Operações; Topografia; Comunicações	Todos os Elementos do Corpo de Bombeiros
Associação Florestal do Vale do Sousa	Reciclagem do Programa de Sapadores Florestais	5
GNR	Curso de Investigação de Causas de Incêndios Florestais	2

* A ministrar de acordo com a disponibilidade da Escola Nacional de Bombeiros

** A ministrar de acordo com a disponibilidade da Autoridade Nacional de Protecção Civil e pela Escola Nacional de Bombeiros

Quadro 25 - Dispositivo Operacional - Funções e responsabilidades das entidades intervenientes no SDFCI.

Funções e responsabilidades		Prevenção estrutural			Prevenção operacional				Combate			
Entidades		Planeamento DFCI	Organização do território, silvicultura e infraestruturas	Sensibilização e divulgação	Vigilância e patrulhamento	Deteção	Fiscalização	Investigação de causas	1.ª intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância pós-incêndio
ICNF	DGACPPF	nac/dist/mun		nac/mun/loc								
	Divisão de Gestão Operacional e Fiscalização	reg/loc										
	Corpo Nacional de Agentes Florestais											
	CDDF	dist		dist								
	Vigilantes da natureza			reg/loc								
Indústrias florestais	Equipas de 1.ª intervenção											
	PortucelSoporcel e Altri	loc										
Outros proprietários e gestores florestais*	AFOCELCA (meios aéreos e equipas de 1.ª intervenção)											
		loc		nac/reg/mun/loc								
Municípios	CMDF/GTF/SMPC	mun		mun/loc								
	Outros serviços municipais			mun/loc								
Juntas de Freguesia		loc		loc								
Exército	Sapadores especiais do Exército											
	Engenharia militar											
Equipas de sapadores florestais												
Entidades detentoras de máquinas**												
Entidades gestoras de zonas de caça												
Organizações não-governamentais de ambiente				nac/loc								
GNR	GIPS			loc								
	SEPNA			loc								
	Brigadas territoriais											
Polícia de Segurança Pública												
Polícia Judiciária												
Polícia Marítima												
Aeroclubes												
ANPC	CNOS/meios aéreos	nac		nac					nac	nac	nac	nac
	CDOS do Porto	dist							dist	dist	dist	dist
	Equipas de combate a incêndios											
Corpos de bombeiros				mun/loc								
Municípios, proprietários florestais e visitantes												

Legenda das siglas:

nac	nível nacional
reg	nível regional
dist	nível distrital
mun	nível municipal
Loc	nível local

Legenda das cores:

	Sem intervenção significativa
	Com competências significativas
	Com competências de coordenação
	Deveres de civicos

Legenda dos símbolos:

* Inclui proprietários particulares, entidades gestoras de baldios, entidades gestoras de ZIF ou de propriedades associadas, autarquias locais detentoras de propriedades florestais, etc

** Inclui empresas de obras públicas e de trabalhos agrícolas e florestais e outras entidades não citadas no quadro, que detenham máquinas pesadas de rasto, tratores agrícolas ou florestais com maquinaria associada (grades, etc.) ou ainda veículos porta-máquinas (zorras).

Quadro 26 – Formação

Entidade	Tipo de Formação	Número de Elementos	Ano	Estimativa Orçamental (€)
Câmara Municipal Felgueiras	Análise do comportamento do Fogo Florestal	2	2015	300€
	Segurança no Combate em Incêndios Florestais	2	2016	300€
Bombeiros Voluntários de Felgueiras	Chefe de Equipa de Combate a Incêndios Florestais *	10 Elementos (2 por ano) no Curso de Equipa de Combate a Incêndios Florestais	De 2015 a 2019	As despesas enquadram-se no normal funcionamento da Entidade em questão
	Uso de Ferramentas Manuais **	1 Equipa (5 Elementos) por ano no Curso de Uso de Ferramentas Manuais	De 2015 a 2019	
Bombeiros Voluntários da Lixa	Curso de Combate a Incêndios Florestais	Todos os Elementos do Corpo de Bombeiros	De 2015 a 2019	As despesas enquadram-se no normal funcionamento da Entidade em questão
	Organização Interna de Teatros de Operações; Topografia; Comunicações	Todos os Elementos do Corpo de Bombeiros	De 2015 a 2019	
Associação Florestal do Vale do Sousa	Reciclagem do Programa de Sapadores Florestais	5	2015 a 2019	As despesas enquadram-se no normal funcionamento da Entidade em questão
GNR	Curso de Investigação de Causas de Incêndios Florestais	2	2015	As despesas enquadram-se no normal funcionamento da Entidade em questão

* A ministrar de acordo com a disponibilidade da Escola Nacional de Bombeiros

** A ministrar de acordo com a disponibilidade da Autoridade Nacional de Protecção Civil e pela Escola Nacional de Bombeiros

Quadro 27 - Cronograma de reuniões ordinárias da CMDF (A CMDF poderá reunir extraordinariamente sempre que necessário ou desejável).

Reunião da CMDF	Ano	Mês	Objetivos
	2015	Até Abril	Aprovação do POM
	2015	Novembro/Dezembro	Análise Anual da Área Ardida e Nº Ocorrências /Monitorização Anual do PMDFCI
	2016	Até Abril	Aprovação do POM
	2016	Novembro/Dezembro	Análise Anual da Área Ardida e Nº Ocorrências /Monitorização Anual do PMDFCI
	2017	Até Abril	Aprovação do POM
	2017	Novembro/Dezembro	Análise Anual da Área Ardida e Nº Ocorrências /Monitorização Anual do PMDFCI
	2018	Até Abril	Aprovação do POM
	2018	Novembro/Dezembro	Análise Anual da Área Ardida e Nº Ocorrências /Monitorização Anual do PMDFCI
	2019	Até Abril	Aprovação do POM
	2019	Novembro/Dezembro	Análise Anual da Área Ardida e Nº Ocorrências /Monitorização Anual do PMDFCI

Estimativa do Orçamento Total para Implementação do PMDFCI**Quadro 28 – Orçamento total estimado do PMDFCI durante o período de vigência**

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	Total por Eixo
Eixo Estratégico						
1º Eixo Estratégico	71 596€	48 900€	49 501€	44 419€	37 448€	251 864€
2º Eixo Estratégico	3 000€	3 000€	3 000€	3 000€	3 000€	15 000€
3º Eixo Estratégico	As despesas enquadram-se no normal funcionamento das Entidades respetivas					-
4º Eixo Estratégico	As intervenções neste Eixo serão responsabilidade dos proprietários dos terrenos					-
5º Eixo Estratégico	300€	300€	-	-	-	600€
TOTAL	74 896€	52 200€	52 501€	47 419€	40 448€	267 464€

ANEXO

Regras para Construção de Novas

Edificações no Espaço Rural

Regras para novas edificações em espaço florestal ou rural, fora das áreas edificadas consolidadas

1 – No espaço florestal ou com ele confinante, deverá ser sempre garantida uma distância mínima de 50 metros à extrema da propriedade, medida a partir da alvenaria exterior da edificação.

2 – No espaço rural não florestal e desde que esteja assegurada uma faixa de 50 metros sem ocupação florestal:

a) As novas edificações deverão garantir uma distância mínima de 20 metros ao limite da respetiva propriedade.

i. Dispensa-se da distância ao limite lateral quando, desse mesmo lado, exista edificação com fachada a distância igual ou inferior a 50 metros à fachada do novo edifício.

b) As novas edificações destinadas a construção de edifícios anexos a edifício principal legalmente edificado deverão atender cumulativamente aos seguintes critérios:

i. Seja garantida a distância mínima de 5 metros aos limites laterais e posterior da respetiva parcela, salvo nos limites com outras parcelas onde já exista edificação, onde se admite a implantação no limite da parcela;

ii. Seja garantida a distância máxima de 10 metros em relação a qualquer das fachadas do edifício principal.

b) As edificações exclusivamente de apoio à atividade agrícola (estufas, edificações para indústria agro-florestal, edificações para armazenamento de produtos agrícolas ou alfaías) ou destinadas à atividade agro-pecuária deverão garantir uma distância mínima de 15 metros ao limite da respetiva propriedade.

3 – Para efeitos da contabilização da distância referida nos números anteriores, serão considerados espaços exteriores à propriedade, designadamente a rede viária, ou quaisquer outros espaços que possibilitem a interrupção total de combustíveis e serem impeditivos da normal progressão do fogo, por condução e radiação, desde que devidamente referenciados e caracterizados nos elementos instrutórios dos pedidos de licenciamento de obras de edificação, designadamente levantamentos topográficos, plantas de implantação e memórias descritivas.

Siglas

- **AFVS** – Associação Florestal do Vale do Sousa
- **ANPC** – Autoridade Nacional de Proteção Civil
- **CMDF** – Comissão Municipal de Defesa da Floresta
- **CMF** – Câmara Municipal de Felgueiras
- **COS** – Carta de Ocupação do Solo
- **CB** – Corporação de Bombeiros
- **CDOS** – Comando Distrital de Operações de Socorro
- **DFCI** – Defesa da Floresta Contra Incêndios
- **DGT** – Direcção Geral do Território
- **EIP** – Equipa de Intervenção Permanente
- **ECIN** – Equipa de Combate a Incêndios
- **ELAC** – Equipa Logística de Apoio ao Combate
- **EM** – Estrada Municipal
- **EN** – Estrada Nacional
- **ESF** – Equipa de Sapadores Florestais
- **EDP** – Energias de Portugal
- **FGC** – Faixa de Gestão de Combustível
- **GTF** – Gabinete Técnico Florestal
- **IGP** – Instituto Geográfico Português
- **INE** – Instituto Nacional de Estatística
- **ICNF** – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
- **IF** – Incêndio Florestal
- **IPMA** – Instituto Português do Mar e da Atmosfera
- **LEE** – Local Estratégico de Estacionamento
- **MPGC** – Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis
- **MDT** – Modelo Digital do Terreno
- **NUT** – Nomenclatura de Unidades Territoriais
- **PMDFCI** – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
- **PDM** – Plano Diretor Municipal
- **REN** – Reserva Ecológica Nacional
- **RVF** – Rede Viária Florestal
- **SAU** – Superfície Agrícola Utilizada
- **SIG** – Sistema de Informação Geográfica
- **ZI** – Zona Industrial
- **ZIF** – Zona de Intervenção Florestal